

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ALAN PONTE ARMAROLI

**OS IMPACTOS DO SALÁRIO MÍNIMO NO MERCADO DE TRABALHO:
EVIDÊNCIA INTERNACIONAL E A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA NO GOVERNO
LULA (2003-2010)**

Rio de Janeiro

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ALAN PONTE ARMAROLI

**OS IMPACTOS DO SALÁRIO MÍNIMO NO MERCADO DE TRABALHO:
EVIDÊNCIA INTERNACIONAL E A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA NO GOVERNO
LULA (2003-2010)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como exigência para obtenção do título de Bacharel ou Bacharela em Ciências Econômicas.

Orientador: Dr. Eduardo Figueiredo Bastian

Rio de Janeiro

2021

ALAN PONTE ARMAROLI

OS IMPACTOS DO SALÁRIO MÍNIMO NO MERCADO DE TRABALHO: EVIDÊNCIA
INTERNACIONAL E A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA NO GOVERNO LULA (2003-2010)

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Instituto de Economia da Universidade Federal do
Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do
título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Rio de Janeiro, 8/3/2021.

EDUARDO FIGUEIREDO BASTIAN - Presidente
Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

CARLOS PINKUSFELD MONTEIRO BASTOS
Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

NUMA MAZAT
Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Lucimar Ponte, por todo seu amor e por ser sempre minha maior parceira, apoiando em todos os momentos, e que nunca poupou esforços na minha educação.

Ao meu pai, Jorge Luiz, que apesar de não estar mais entre nós, sempre foi um grande amigo e foi fundamental na formação do meu caráter.

À minha namorada, Gabriela Fradão, por todo incentivo e parceria durante essa caminhada.

Ao meu primo, Felipe Carvalho, pela sua disponibilidade e paciência.

Ao meu orientador, Eduardo Bastian, por todo o suporte na elaboração deste trabalho, apesar de suas inúmeras atribuições.

Aos meus amigos e familiares, que sempre foram meu pilar de sustentação.

RESUMO

ARMAROLI, Alan Ponte. *Os impactos do salário mínimo no mercado de trabalho: evidência internacional e a experiência brasileira no governo Lula (2003-2010)*. Monografia (Graduação em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. 55f.

O salário mínimo é uma das políticas econômicas mais difundidas entre os países. Desde a sua concepção, ela é utilizada ativamente como forma de proteger os trabalhadores mais vulneráveis do mercado de trabalho, garantindo a eles um padrão de vida adequado. Dessa forma, além de garantir proteção aos trabalhadores com menor poder de barganha, essa política atua ativamente contra a pobreza e a desigualdade de renda. Apesar de sua extensa utilização, a eficácia do salário mínimo nunca foi consenso na literatura econômica, sendo amplamente discutida pelo seu possível impacto negativo no mercado de trabalho, mais especificamente sobre o nível de emprego. Nesse contexto, são inúmeras as teorias econômicas que versam sobre essa questão, assim como diversos trabalhos empíricos estudam essa dinâmica através dos dados observados na realidade. Desse modo, esse trabalho busca analisar as principais teorias econômicas que abordam o tema e suas conclusões, bem como alguns trabalhos empíricos realizados em diferentes países com metodologias diversas. Por fim, será estudado o caso brasileiro durante o governo do Partido dos Trabalhadores, quando o salário mínimo apresentou forte crescimento, e serão apresentadas algumas interpretações de autores brasileiros sobre o período.

Palavras-chave: Salário mínimo, mercado de trabalho, Brasil.

ABSTRACT

ARMAROLI, Alan Ponte. *Os impactos do salário mínimo no mercado de trabalho: evidência internacional e a experiência brasileira no governo Lula (2003-2010)*. Monografia (Graduação em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. 55f.

The minimum wage is one of the most diffused economic policies amongst the countries. Since your creation, it is being used actively as a mean to protect the most vulnerable workers, ensuring them an adequate living standard. Therefore, besides providing protection to workers with less bargaining power, this policy acts against poverty and income inequality. Despite your extensive use, the effectiveness of the minimum wage has never been a consensus in economic literacy, being widely discussed for its potential negative impact on job market, specifically on the employment level. In this context, there are many economic theories dealing with this question, as well as many empirical works study this dynamic through real data. Thus, this work seeks to analyze the main economic theories that address this subject and their conclusions, as well as some empirical works carried out for various countries with diverse methodologies. Finally, will be studied the brazilian case during the government of Partido dos Trabalhadores, when the minimum wage showed a strong increase, and will be presented some interpretations of brazilian authors about this period.

Keywords: Minimum wage, job market, Brazil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Demanda por trabalho no modelo neoclássico	11
Figura 2 - A decisão da família	12
Figura 3 - O equilíbrio da oferta de trabalho	13
Figura 4 - O mercado de trabalho	14
Figura 5 - O salário mínimo no modelo neoclássico	15
Figura 6 - O equilíbrio do mercado de trabalho sob monopólio	16
Figura 7 - A maximização da eficiência pela firma.....	20
Figura 8 - O novo equilíbrio do mercado de trabalho	21
Figura 9 - Razão salário mínimo/salário médio, 2011 ou último ano disponível, Colômbia...28	
Figura 10 - Desemprego x Renda mediana do trabalho em proporção do salário mínimo	29
Figura 11 - Salário mínimo real mensal – Brasil – 2002-2015 (Valores em R\$ de janeiro/2015 - INPC)	36
Figura 12 - Variação real do PIB – Brasil – 2002-2014 (em %).....	37
Figura 13 - Taxa de desocupação no Brasil de 2002 a 2014 (em %)	38
Figura 14 - Saldo líquido de admissões formais por ano no Brasil – 2004/2014 (em milhões)	38
Figura 15 - Participação no mercado de trabalho – Trabalho Formal x Informal – Brasil (2001-2014)	39
Figura 16 - Rendimento médio real do trabalho principal – Brasil – (Valores em R\$ de dez/2014)	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resumo de Resultados	35
---------------------------------------	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	MODELOS TEÓRICOS	9
2.1	Introdução	9
2.2	Perspectiva Neoclássica	9
2.2.1	O modelo sob competição perfeita	9
2.2.2	Mercado de trabalho sob monopólio	16
2.2.3	Modelo de dois setores	17
2.2.4	Salário-eficiência	19
2.3	Perspectiva Keynesiana: uma visão teórica alternativa	21
3	OS IMPACTOS DO SALÁRIO MÍNIMO: RESULTADOS EMPÍRICOS	24
3.1	Estudos Econométricos	24
3.1.1	Brasil.....	24
3.1.2	Chile.....	26
3.1.3	Colômbia.....	27
3.1.4	Austrália.....	29
3.1.5	Estados Unidos	31
3.1.6	Reino Unido.....	32
3.1.7	Sumário de Resultados	33
3.2	O salário mínimo no Brasil	36
3.2.1	Medeiros	41
3.2.2	Saboia e Hallak Neto	43
3.2.3	De Melo et al	46
3.3	Observações Finais	49
	CONCLUSÃO	51
	REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

O salário mínimo é uma das políticas econômicas mais difundidas entre as diferentes economias mundiais. Seu objetivo exato pode variar entre os diversos governos, mas, no geral, visa proteger a classe trabalhadora mais vulnerável e prover uma remuneração mínima que garanta a subsistência do trabalhador.

Nesse sentido, a política do salário mínimo é voltada principalmente para o combate à pobreza entre os trabalhadores. Apesar de sua forte presença nas economias, a eficácia dessa política não é consenso entre os economistas, uma vez que existem aqueles que argumentam que o combate à pobreza seria realizado mais eficientemente através de políticas alternativas que abrangem além do mercado de trabalho.

Além disso, o efeito do salário mínimo sobre o mercado de trabalho é objeto de debate entre os economistas desde a sua implementação. Uma vez que o salário é o *preço do trabalho*, existem economistas que argumentam que a fixação de um mínimo para esse valor leva a ineficiências no mercado de trabalho, dado que altera artificialmente a relação entre a oferta e demanda por mão de obra, afetando negativamente o nível de emprego.

Entretanto, apesar do longo período de discussões desde sua implementação, ainda não há consenso sobre este ponto. Existem diferentes teorias econômicas com conclusões distintas sobre o impacto do salário mínimo no nível de ocupação, assim como os trabalhos econométricos, que não encontram em suas observações um consenso sobre a direção e a magnitude desse efeito. Adicionalmente, a política do salário mínimo tem impactos relevantes sobre outras variáveis muito importantes, como distribuição de renda e a pobreza, podendo também afetar, por exemplo, as formas de ocupação (campo x cidade).

No Brasil, a partir do início do século XXI, é possível observar uma forte recuperação do poder de compra do salário mínimo, apresentando sucessivos ganhos reais. Assim, o caso brasileiro torna-se relevante para entender os desdobramentos da trajetória de forte crescimento do mínimo institucional no país e verificar os possíveis impactos sobre variáveis econômicas relevantes.

Dessa forma, o objetivo fundamental deste trabalho é trazer um panorama geral desse debate no âmbito econômico. Nesse contexto, serão apresentadas no segundo capítulo revisões bibliográficas de modelos teóricos que buscam compreender os impactos do salário mínimo na economia. No caso, os modelos teóricos concentram-se na análise os impactos do salário mínimo no nível de emprego.

Assim, o segundo capítulo está dividido da seguinte forma: uma seção introdutória, uma seção abordando a perspectiva neoclássica, dividida em quatro subseções, que tratam do modelo sob competição perfeita, modelo sob monopólio, modelo de dois setores e teoria do salário-eficiência, e uma terceira seção sobre a perspectiva keynesiana.

Já no terceiro capítulo, serão apresentadas evidências empíricas. Primeiramente, apresenta-se a evidência internacional a partir de uma série de estudos econométricos sobre impactos econômicos do salário mínimo. Ainda que os estudos tenham focos diversos, aqui a ênfase é no impacto sobre o nível de emprego.

Em seguida, analisa-se especificamente a experiência brasileira no contexto dos dois primeiros governos do Partido dos Trabalhadores. Aqui a análise se concentra em três estudos qualitativos e que versam sobre o impacto do salário mínimo em outras variáveis que não são o nível de emprego. Selecionaram-se dois estudos de professores do próprio Instituto de Economia da UFRJ que podem fornecer algumas pistas sobre como os professores da instituição enxergam a questão.¹ Para contrastar, selecionou-se também um estudo de economistas de fora do IE-UFRJ.

Sendo assim, na primeira seção serão apresentados os estudos econométricos, divididos em subseções por cada país, onde serão abordados os estudos de Brasil, Chile, Colômbia, Austrália, Estados Unidos e Reino Unido, com uma subseção final de sumário de resultados.

Já na segunda seção serão apresentados alguns dados da economia brasileira durante o período do governo do Partido dos Trabalhadores, além de três subseções apresentando duas visões do Instituto de Economia/UFRJ sobre o período e uma visão alternativa.

¹ Apesar do Instituto de Economia da UFRJ ser uma instituição plural com diferentes visões, não são muitos professores que estudam o salário mínimo e o mercado de trabalho, de forma que os trabalhos analisados fornecem indicativos de como a casa pensa a respeito dessa questão.

2 MODELOS TEÓRICOS

2.1 Introdução

A trajetória do salário mínimo é extensa na história econômica. Desde o seu surgimento na Nova Zelândia em 1894 (ILO), o salário mínimo espalhou-se pela economia mundial como uma fundamental medida para garantir a subsistência e a qualidade de vida da classe trabalhadora. Apesar de seu claro propósito, a eficiência dessa política nunca foi unanimidade entre os economistas, sendo bastante debatida à luz das mais diversas escolas econômicas.

Nesse contexto, é possível destacar algumas teorias que possuem maior aceitação por parte dos economistas. Entre elas, existem aquelas que argumentam que aumentos do salário mínimo possuem efeito negativo sobre o nível de emprego, as que determinam a inexistência dessa relação e aquelas que assumem a possibilidade de impactos em diferentes direções.

Dessa forma, o propósito desse capítulo é debater as principais teorias econômicas que discursam sobre os impactos do salário mínimo sobre o grau de ocupação da economia. Nesse sentido, serão abordadas a teoria neoclássica, o modelo do mercado de trabalho sob monopsonio, o modelo de dois setores, a teoria do salário-eficiência e a visão keynesiana sobre esse assunto.

2.2 Perspectiva Neoclássica

2.2.1 *O modelo sob competição perfeita*

No momento da concepção do salário mínimo no século XIX, o modelo econômico neoclássico era a teoria mais difundida entre os economistas. Nele, o pressuposto fundamental era a eficiência dos mercados por meio da competição perfeita, de forma que os recursos da economia seriam alocados de maneira automática ao seu ponto mais eficiente através da livre interação das partes atuantes do mercado.

Haveria, nesse contexto, dois entes econômicos responsáveis pela maior parte das interações de mercado: as famílias, que tomam as decisões de consumo e de quantidade de

trabalho que ofertarão; e as empresas, que demandam capital e trabalho para ofertar bens e serviços.

Sendo assim, nesse modelo, o produto total de uma economia é determinado diretamente no processo decisório da empresa, que define a quantidade a ser utilizada de fatores de produção. Levando em consideração a racionalidade da economia, a escolha de alocação da empresa será dada no ponto em que seu resultado é maximizado, ou seja, através da maximização dos lucros.

Considerando que o produto depende estritamente dos fatores de produção, a representação matemática da função de produção da empresa é dada por $Y = f(K, L)$, onde Y é o produto, K é o capital e L é a mão de obra. No horizonte de decisões da empresa no curto prazo, o capital é considerado constante, variando apenas a quantidade de mão de obra empregada (CARLIN e SOSKICE, 1990).

Para atingir o ponto ótimo da demanda por mão de obra, a empresa precisa analisar a produto marginal do trabalho, que significa o quanto haverá de acréscimo em receita ao empregar uma unidade adicional de mão de obra, considerando fixa a quantidade de capital. Sempre que a receita da contratação de um trabalhador adicional superar os seus custos, a empresa optará por demandar mais uma unidade de trabalho (MANKIW, 2015).

Tendo em vista a função de produção dada como $Y = f(K, L)$, e considerando o capital constante, o valor do produto marginal do trabalho (PMgL) será dado por $Y = f(K, L + 1) - f(K, L)$, representando exatamente a diferença no produto do emprego de uma unidade de mão de obra adicional. A condição final que a empresa observa é se a receita ($P * PMgL$) auferida com esse produto marginal supera os seus custos com o salário do trabalhador contratado (W). Dessa forma, sempre que a condição $(P * PMgL) - W > 0$ mostrar-se verdadeira, a empresa estaria aumentando seus lucros e, conseqüentemente, seria vantajoso optar por aumentar a sua quantidade de mão de obra (MANKIW, 2015).

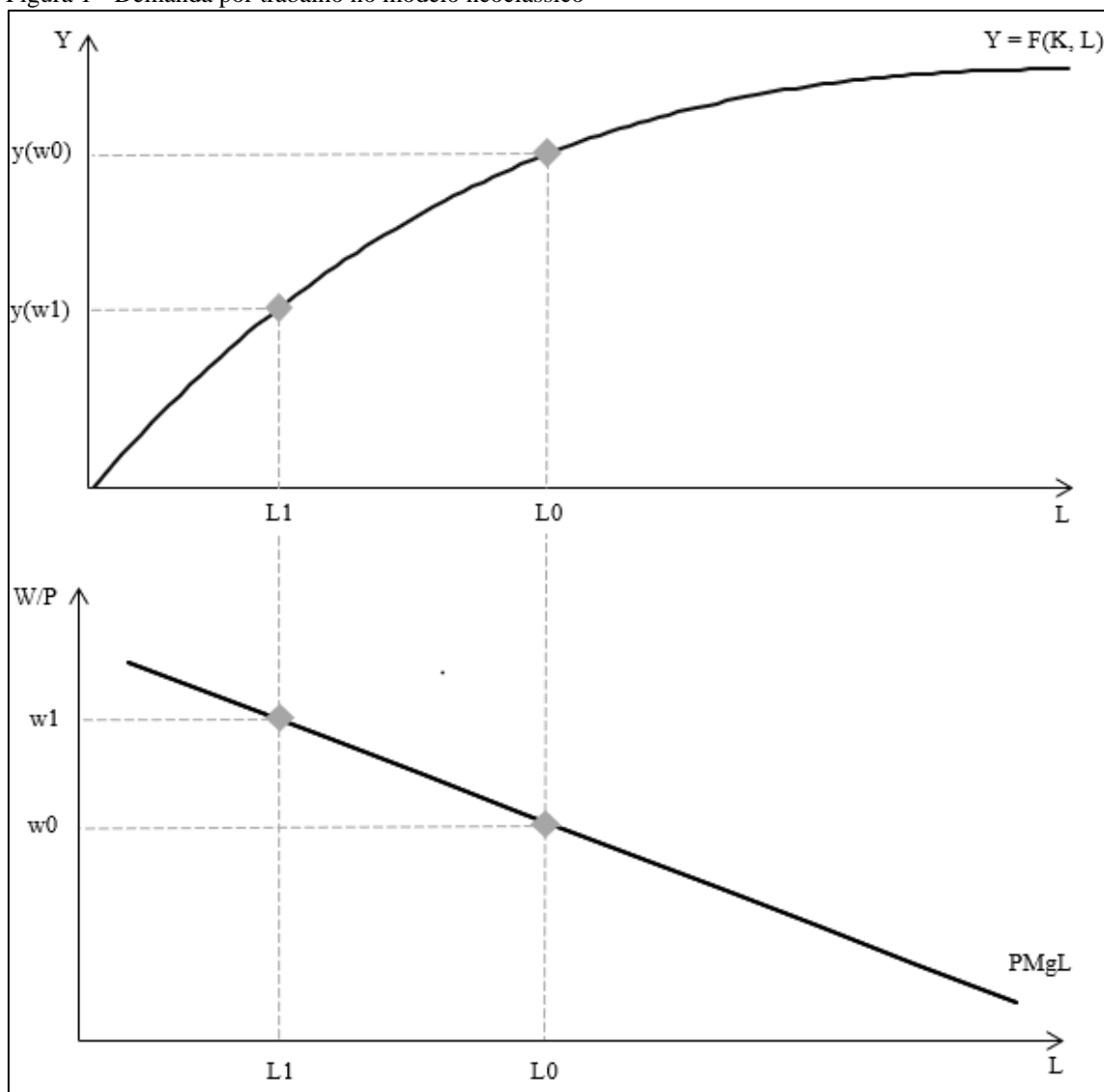
Outro importante ponto a ser entendido é como se comporta o produto marginal do trabalho a cada nova contratação. Tomando como constante a quantidade de capital, quanto maior a quantidade de mão de obra empregada, menor tende a ser eficiência do trabalho, visto que mais trabalhadores passarão a dividir a mesma estrutura e os mesmos equipamentos. Dessa forma, a cada nova contratação há uma redução do produto marginal do trabalho (MANKIW, 2015).

Sendo assim, se a empresa sempre busca o ponto em que $(P * PMgL) > W$ e o PMgL se reduz a cada nova contratação, o ponto que determina a demanda por trabalho da empresa é quando $(P * PMgL) = W$ ou $PMgL = W/P$. Esse é o ponto exato em que a empresa maximiza

seu lucro em relação à quantidade de mão de obra empregada, visto que uma contratação a menos abriria espaço para crescimento do lucro e uma contratação a mais levaria a um prejuízo marginal.

A Figura 1 ilustra como funciona o ajuste na produção e no nível de emprego no contexto de alteração no salário real, definido pelo mercado baseado no princípio da competição perfeita. Nesse caso, com o aumento do salário real de w_0 para w_1 , é necessário que o produto marginal do trabalho que maximiza os lucros da empresa aumente de $PMgL = w_0$ para $PMgL = w_1$, o que leva à redução da demanda por trabalho de L_0 para L_1 . Consequentemente, com menor emprego de trabalho em sua produção, o nível do produto produzido pela empresa também diminui, deslocando-se do ponto $y(w_0)$ para $y(w_1)$.

Figura 1 - Demanda por trabalho no modelo neoclássico



Fonte: Elaboração do próprio autor com base em Carlin e Sorskice (1990).

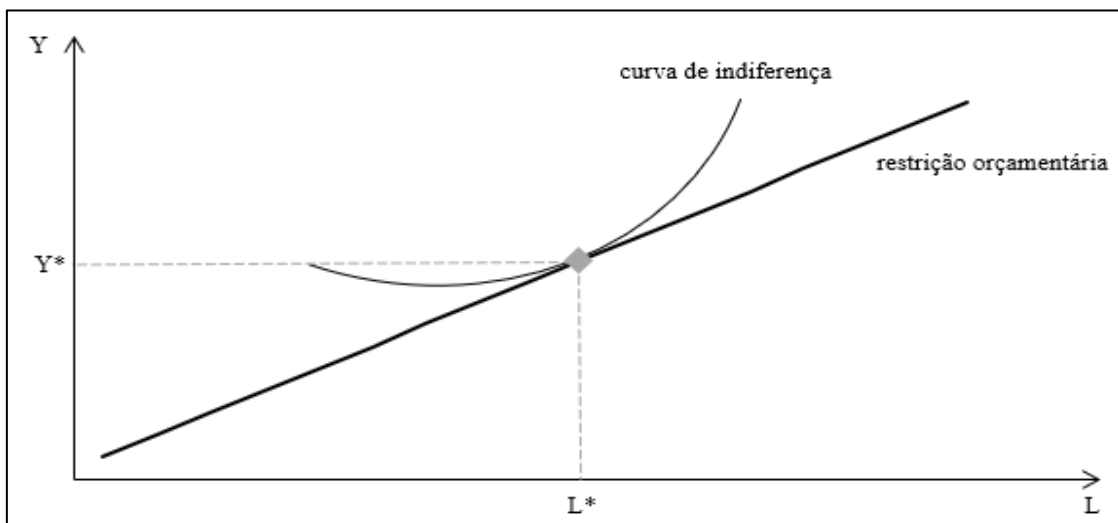
Já pelo lado da oferta de trabalho, os principais agentes do processo decisório são as famílias. Elas que decidirão a quantidade de trabalho que ofertarão baseadas nas suas preferências e na melhor relação para si de lazer e trabalho. Assim como as empresas, as famílias também decidirão seus pontos ótimos baseadas em critérios estritamente racionais, nesse caso, através da maximização de sua utilidade.

Para definir como será determinada a escolha das famílias, é utilizado um conceito bastante recorrente na teoria microeconômica, conhecido como curvas de indiferença. Essas curvas representam as possibilidades de escolha das famílias que lhe garantem o mesmo nível de utilidade. Como elas buscam maximizar sua utilidade, estarão sempre buscando a curva de indiferença mais alta possível.

Em um modelo oferta de trabalho baseado nas famílias, temos duas variáveis fundamentais, trabalho (L) e renda (Y). Considerando que o trabalho é remunerado por um salário real dado pelo mercado, quanto mais trabalho a família ofertar, maior será sua renda. Além disso, para uma dada quantidade de trabalho, a família buscará a maximização de sua renda, de forma que a representação de sua restrição orçamentária tenha a forma de uma reta crescente (CARLIN e SOSKICE, 1990).

Como as famílias buscam a curva de indiferença mais elevada possível, mas possuem a restrição orçamentária linear fornecendo suas possíveis escolhas entre trabalho e renda, a alocação ótima é obtida no ponto de encontro entre a curva e a reta de restrição orçamentária familiar (CARLIN e SOSKICE, 1990).

Figura 2 - A decisão da família



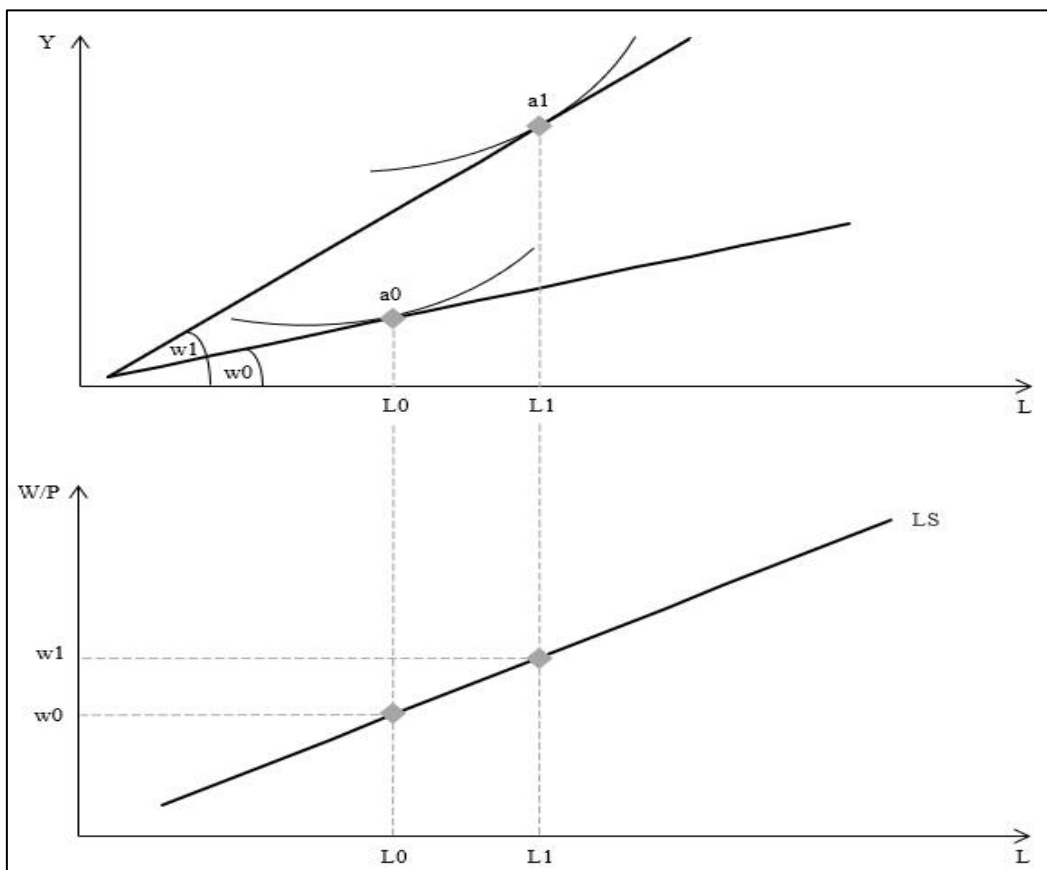
Fonte: Elaboração do próprio autor com base em Carlin e Sorskice (1990).

A Figura 2 representa essa conceituação graficamente. A família escolherá o ponto (L^*, Y^*) , dado pelo encontro entre a curva de diferença e a reta de restrição orçamentária. Os demais pontos da curva de indiferença não são alcançáveis e qualquer ponto abaixo da restrição orçamentária é ineficiente, visto que seria possível auferir uma renda maior com a mesma quantidade de trabalho.

Além disso, a família enfrenta um trade-off em sua decisão de oferta de trabalho, visto que ela está diretamente relacionada com a sua quantidade de lazer consumida. A cada unidade adicional de lazer consumido representa uma unidade a menos de trabalho ofertada. No caso de elevação do salário real, o indivíduo precisa abdicar de mais renda para continuar demandando a mesma quantidade de lazer, o que o incentiva a rever sua decisão e ofertar mais trabalho no mercado.

A Figura 3 representa graficamente o caso de um aumento do salário real. Na parte superior, é possível observar que a inclinação da restrição orçamentária aumenta, assim como o custo de demandar lazer por parte das famílias. Dessa forma, o ponto de equilíbrio se altera de a_0 para a_1 , para um nível onde há mais oferta de trabalho e maior renda.

Figura 3 - O equilíbrio da oferta de trabalho

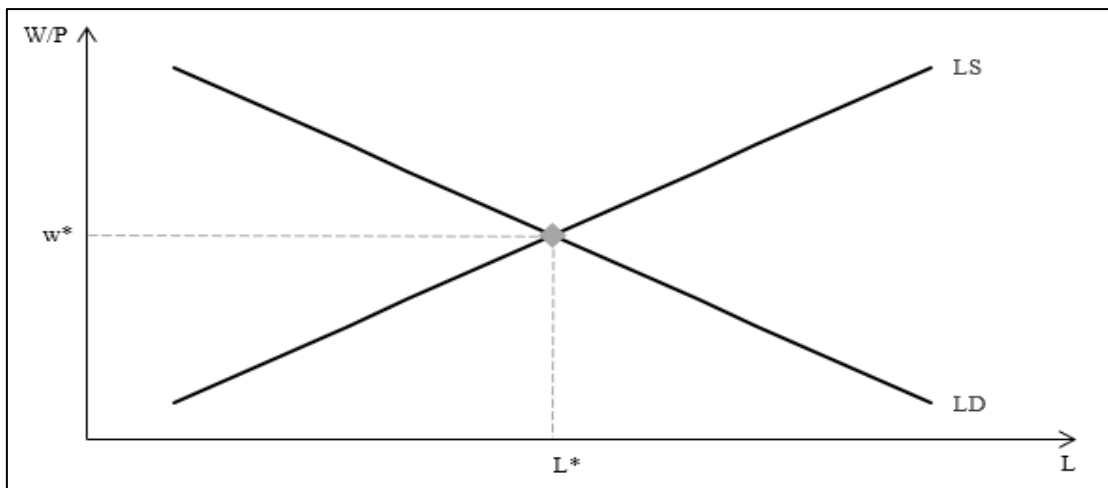


Fonte: Elaboração do próprio autor com base em Carlin e Sorskice (1990).

Com o efeito do salário real sobre o nível de equilíbrio das famílias, consegue-se formar a dinâmica da oferta de trabalho, dada pela curva LS na Figura 3. Assim, com o aumento do salário real de w_0 para w_1 , o equilíbrio das famílias se altera de a_0 para a_1 e a oferta de trabalho da economia aumenta do ponto L_0 para o ponto L_1 .

A curva de oferta por trabalho, assim como a de demanda, se dá através de uma reta linear que representa as diferentes combinações entre duas variáveis centrais: quantidade de trabalho e salário real. Como ambos os modelos são representados pelas mesmas variáveis, podemos agregar as curvas em um mesmo plano e estabelecer um modelo representativo para o mercado de trabalho como um todo, conforme ilustrado na Figura 4.

Figura 4 - O mercado de trabalho



Fonte: Elaboração do próprio autor com base em Carlin e Sorskice (1990).

Nesse modelo neoclássico canônico do mercado de trabalho não há espaço para desajuste ou desequilíbrio. Sob o pressuposto da competição perfeita, o salário real realiza o papel de variável de ajuste que permite a convergência do mercado para o ponto de equilíbrio. Se existe um excesso de demanda por trabalho, o salário real sobe, o que torna a demanda por lazer mais cara e incentiva os indivíduos a ofertarem mais trabalho no mercado. Se existe um excesso de oferta, o salário real se reduz, induzindo as pessoas a demandarem mais lazer e ofertarem menos trabalho.

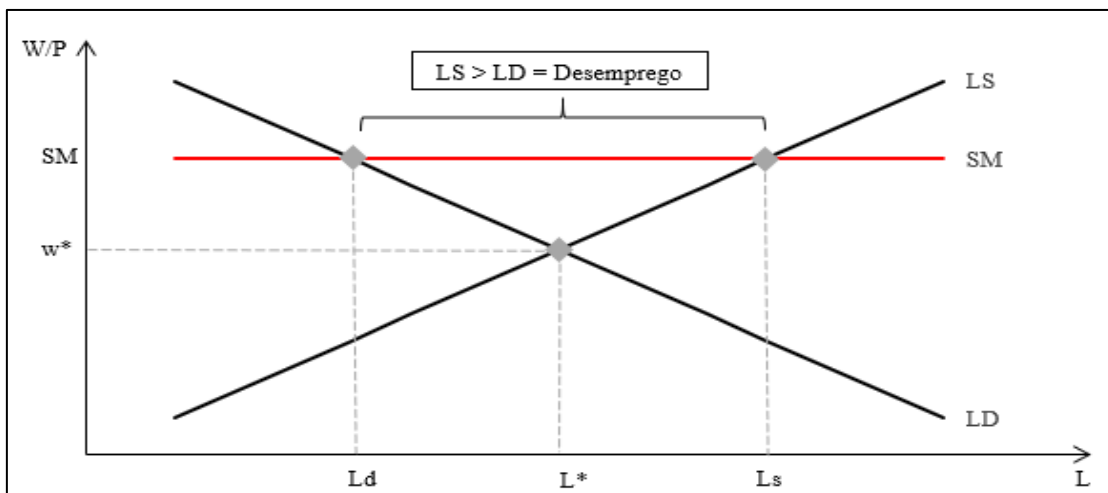
Dessa forma, as interações de mercado sempre farão os agentes convergirem para o ponto em que a curva de demanda por trabalho encontra a curva de oferta, representado na Figura 4 pelo ponto (L^*, w^*) . Toda e qualquer distorção será corrigida automaticamente pelo mercado através do salário real, levando o modelo novamente ao ponto de equilíbrio.

Esse “modus operandi” do mercado leva à uma conclusão fundamental do modelo neoclássico de mercado de trabalho: não existe desemprego involuntário. Todos aqueles que estão fora do mercado de trabalho, o fazem por opção, por acreditarem que para o nível estabelecido de salário real, o benefício de ofertar trabalho é inferior ao de demandar lazer.

Sendo assim, dentro da teórica neoclássica, qualquer tipo de política pública com objetivo de interferir no mercado de trabalho é considerada ineficiente. Para fazer efeito no mercado de trabalho, as políticas públicas teriam que necessariamente retirá-lo do ponto de equilíbrio, levando a um ponto mais ineficiente e com pior alocação de recursos.

Em relação à política do salário mínimo, essa condição não é diferente. A única possibilidade do salário mínimo ter eficácia é estar fixado acima do salário de equilíbrio. Se for fixado abaixo ou no mesmo nível do salário de equilíbrio, não haverá nenhum tipo de efeito sobre o mercado, visto que ele continuará operando no ponto de equilíbrio determinado pela livre interação dos agentes econômicos.

Figura 5 - O salário mínimo no modelo neoclássico



Fonte: Elaboração do próprio autor.

A Figura 5 ilustra o mercado de trabalho funcionando sob uma política de salário mínimo com efeito. Como o SM está estabelecido acima do salário de mercado w^* , há um encarecimento da mão de obra, o que incentiva o aumento da oferta pelas famílias, enquanto as empresas que observam seus custos aumentarem, optam por reduzir sua demanda. Sendo assim, com a quantidade ofertada de trabalho (L_s) sendo superior a quantidade demandada (L_d), a teoria neoclássica conclui que o salário mínimo só possui um efeito sobre o mercado de trabalho: desemprego.

2.2.2 Mercado de trabalho sob monopsonio

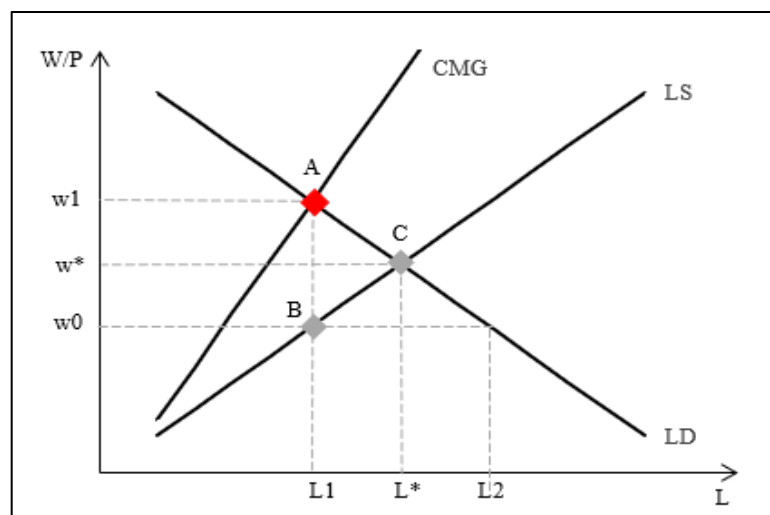
Dentro do escopo das teorias neoclássicas, há aquelas que questionam a hipótese fundamental de competição perfeita dentro do modelo tradicional. Entre elas, a principal é o modelo monopsonico do mercado de trabalho, em que há apenas uma firma demandante de mão de obra, o que a garante certo poder de mercado capaz de influenciar os preços de mercado, ou seja, os salários.

Assim como no modelo anterior, na alocação de trabalho, a empresa maximizadora de lucros observará o seu custo marginal, que é o salário real, e irá confrontá-lo com o produto marginal do trabalho, que é o benefício obtido na contratação de uma unidade adicional de trabalho (MANNING, 2013).

Entretanto, enquanto a firma do modelo competitivo assume seu custo marginal como dado pelo mercado, no modelo sob monopsonio a empresa é capaz de influenciar o salário praticado no mercado a seu favor. Para aumentar a quantidade de trabalho, a empresa precisa elevar o salário ofertado no mercado, assim como terá de reajustar o salário de todos os empregados que já estavam contratados para o nível salarial do recém-admitido (MANNING, 2013).

Representando essa dinâmica graficamente, temos que a curva de custo marginal da firma assumirá a forma de uma reta crescente, uma vez que para aumentar a quantidade de trabalho é necessário oferecer salários mais altos. Na Figura 6, o custo marginal da firma é representado pela reta CMG.

Figura 6 - O equilíbrio do mercado de trabalho sob monopsonio



Fonte: Elaboração do próprio autor com base em Bachmann e Frings (2016).

Nesse novo contexto, representado pela Figura 6, a demanda de emprego pela empresa será dada pelo ponto em que o custo marginal de um trabalhador adicional (CMG) iguala o seu produto marginal (LD), dado pelo ponto A. O equilíbrio desse mercado será estabelecido no ponto B (w_0, L_1), com menor salário e emprego em comparação com o equilíbrio sob competição perfeita, dado por C (L^*, w^*). Outro fato importante a ser observado é que o salário pago ao trabalhador representado por w_0 é inferior ao produto marginal do trabalho, dado por w_1 (BACHMANN e FRINGS, 2016).

Dessa forma, em um mercado de trabalho onde há apenas uma firma demandando mão de obra, é possível estabelecer uma política de salário mínimo que causa um aumento do nível de emprego, diferentemente da conclusão estabelecida no modelo tradicional, onde o salário mínimo leva apenas ao desemprego (BACHMANN e FRINGS, 2016).

Utilizando como exemplo a Figura 6, do nível salarial w_0 ao w_1 , em qualquer nível em que seja fixado o salário mínimo haverá aumento do emprego. Além disso, caso o salário mínimo seja fixado em w^* , o mercado de trabalho operaria com o mesmo nível de emprego e renda obtido sob competição perfeita.

2.2.3 *Modelo de dois setores*

Ao decorrer do século XX, muitos países passaram a adotar o salário mínimo como forma de proteger os trabalhadores. Entretanto, mesmo nos países mais desenvolvidos e com maior cobertura dessa política, ela não era universal, restando trabalhadores recebendo renda inferior ao salário mínimo. Como forma de retratar esse cenário, os economistas passaram a observar o mercado de trabalho integrado por dois setores, um coberto pelo salário mínimo e outro não, comumente chamados de setor formal e informal.

No modelo elaborado por Welch (1974), um dos primeiros economistas a representar o mercado de trabalho desta forma, o salário mínimo possui efeito semelhante ao modelo neoclássico sobre o mercado de trabalho formal. Com o estabelecimento de um salário mínimo acima do salário de equilíbrio, trabalhadores cujo produto marginal do trabalho estavam abaixo do novo salário perdem seus empregos. Contudo, na representação em dois setores, os trabalhadores que não encontram emprego no setor formal migram para o setor informal, aumentando a oferta de trabalho total deste setor.

Caso não houvesse política de salário mínimo, não existiria diferenciação entre os setores, dado que o mercado de trabalho se equilibraria naturalmente em torno do salário de equilíbrio, de forma que o nível de remuneração dos dois setores seria o mesmo. Todavia, com o salário mínimo em vigor, o salário médio do setor formal aumenta, acompanhado de uma redução da demanda de trabalho. Sendo assim, os trabalhadores que perderam seus empregos no setor formal tendem a integrar a massa de mão de obra do setor informal, aumentando a oferta de trabalho e reduzindo os salários praticados neste setor.

Entretanto, com a redução dos salários do setor informal, não são todos os indivíduos que perderam suas posições no setor formal que passam a integrar automaticamente o setor informal. Tendo em vista que a decisão de ofertar trabalho é deixar de demandar lazer, alguns trabalhadores que perderam seus empregos podem entender que não é mais vantajoso ofertar trabalho ao nível salarial inferior estabelecido no setor informal, assim como aqueles que já integravam esse setor quando o salário de equilíbrio praticado era superior ao novo nível podem decidir abandonar suas posições diante do novo cenário.

Outro modelo baseado no mercado de trabalho com dois setores é o formalizado por Mincer (1976). Nele, com a efetivação de um salário mínimo acima do salário de equilíbrio, o salário médio do setor formal aumenta e supera o nível salarial do setor informal. Nesse cenário, há uma motivação para os trabalhadores esperarem e procurarem por empregos no setor formal com objetivo de obter maiores remunerações. Assim, diferentemente do modelo anterior, os trabalhadores optam por não ingressar no setor informal e integrar uma fila de espera para obter uma posição no setor formal.

Além disso, o aumento do salário no setor formal também atrai o interesse daqueles que estavam fora do mercado de trabalho, que passam também a integrar a força de trabalho desse setor. Entretanto, como esse movimento não é acompanhado de uma maior demanda por trabalho, os entrantes encontram dificuldades para se posicionar nesse mercado, passando também a integrar a fila de espera.

Analisando separadamente o caso dos novos entrantes em um contexto de aumento do salário mínimo, podemos supor dois cenários. No primeiro, caso o nível de emprego permaneça constante, devemos observar um aumento na taxa de desemprego, dado que os entrantes no mercado passariam a integrar a força de trabalho, mas não encontrariam vagas disponíveis. No segundo, caso o nível de emprego diminua, os novos entrantes do mercado de trabalho contribuem ainda mais para o aumento da taxa de desemprego, apesar da possibilidade desse fator ser atenuado caso alguns entrantes desistam de integrar o mercado em virtude do aumento da concorrência pelas vagas (GHELLAB, 1998).

2.2.4 Salário-eficiência

Ao longo dos anos, foram diversas teorias econômicas que buscaram explicar o fenômeno do desemprego involuntário e a dificuldade de combatê-lo. Entre elas, as teorias de salário-eficiência ganharam bastante relevância no cenário científico pela forma de interpretar essa questão.

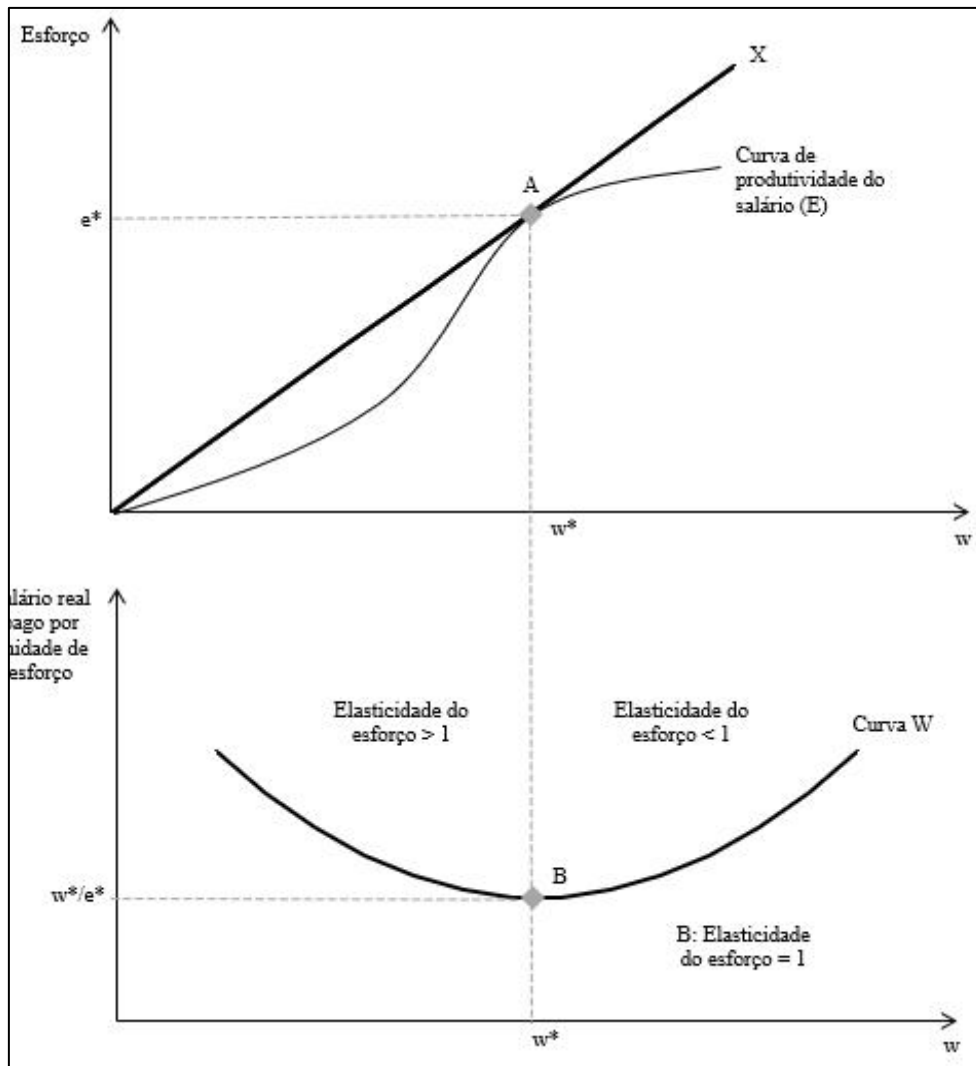
Um dos pontos fundamentais das teorias dos salários-eficiência é que não há interesse nas empresas em reduzir o salário real praticado no mercado de trabalho, uma vez que ele é uma forma de incentivar os trabalhadores e melhorar sua produtividade. Dessa forma, em um contexto de desemprego involuntário na economia, as empresas têm resistência à redução dos salários para aumentar o nível de emprego, uma vez que isso afetaria a produtividade de seus próprios trabalhadores, aumentaria seus custos e reduziria seus lucros (SNOWDON e VANE, 2005).

Tendo em vista que a empresa incorpora a remuneração dos trabalhadores em sua produção, temos sua função produto definida por $Y = A * F[e(w)L]$, onde $e'(w) > 0$, sendo Y o produto, A o fator de produtividade independente dos salários, e o esforço por trabalhador, w o salário real por trabalhador e L o nível de emprego da firma. A relação $e'(w) > 0$ indica que o esforço por trabalhador tem relação positiva com a remuneração do trabalho. Sendo wL o custo total do trabalho, a função lucro da empresa é dada por $\pi = A * F[e(w)L] - wL$.

Como o salário real afeta diretamente o esforço dos trabalhadores e conseqüentemente o lucro da empresa, a firma vai maximizar o salário real no nível w^* que a garanta a maior eficiência por salário real possível e a maximização dos seus lucros. Para que isso ocorra, a primeira condição que deverá ser obedecida é a elasticidade do esforço em relação ao salário real ser igual a 1. Ela garante que a empresa está maximizando o esforço por salário real pago (e/w), tornando o seu gasto mais eficiente em nível de esforço.

Na Figura 7 é possível observar essa dinâmica. Na parte superior está estabelecida a relação direta entre esforço e salário real dada pela curva E . Dessa forma, temos que quanto maior o salário real, maior será o esforço dos trabalhadores. Dessa forma, a maximização do esforço por salário real pago é dado pelo ponto A .

Figura 7 - A maximização da eficiência pela firma



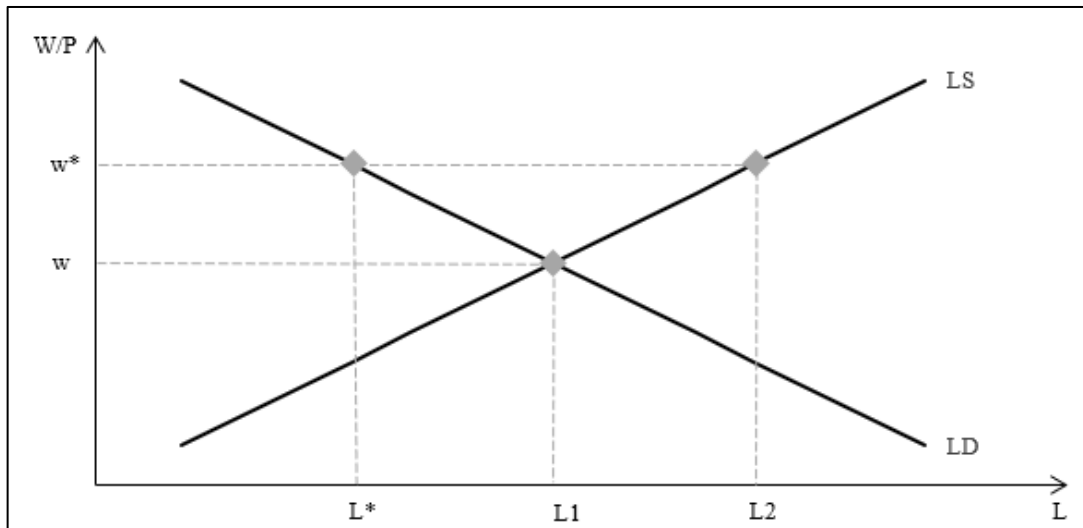
Fonte: Elaboração do próprio autor com base em Snowdon e Vane (2005).

Além disso, através da análise da curva E, é perceptível que inicialmente um aumento no salário real provoca um aumento mais do que proporcional no nível de esforço. Após o ponto de inflexão A, essa relação perde força, e aumentos no salário real provocam retornos menores em nível de esforço.

Se a curva E é determinada pela relação e/w , a parte inferior da Figura 6 mostra a relação entre w/e e w . Por serem opostos, quando a curva E assumir trajetória crescente, a curva W apresenta trajetória decrescente e vice-versa. Além disso, como a curva W representa o gasto por unidade de esforço para cada nível de salário real, a empresa adotará o nível de salário w^* que minimiza a relação w/e , representado pelo ponto B. Ao mesmo tempo, a empresa maximizará a produtividade do salário, operando no ponto A na parte superior.

Dessa forma, o equilíbrio do mercado de trabalho será no ponto (w^*, L^*) , onde o salário-eficiência iguala o produto marginal do trabalho, maximizando os lucros da empresa. Esse nível de equilíbrio é compatível com o desemprego involuntário, conforme demonstrado na Figura 8, uma vez que o emprego demandado (L^*) é inferior ao ofertado (L_2).

Figura 8 - O novo equilíbrio do mercado de trabalho



Fonte: Elaboração do próprio autor com base em Snowdon e Vane (2005).

Isto posto, uma das principais conclusões do modelo de salário eficiência é que salários acima do nível de equilíbrio poderia levar ao aumento da produtividade do trabalhador, diferentemente do resultado neoclássico onde há apenas desemprego. Assim, o aumento salarial através do salário mínimo não teria apenas efeitos negativos sobre a economia, podendo ocasionar também ganhos de eficiência.

Além disso, existem outras vertentes da teoria do salário-eficiência, como a abordada em Riley e Bondibene (2017), em que há a possibilidade de aumentos salariais via salário mínimo levarem ao aumento do nível de emprego, quando o aumento do custo marginal da firma é mais do que compensado pelo crescimento do seu produto marginal.

2.3 Perspectiva Keynesiana: uma visão teórica alternativa

No debate acerca da dinâmica do mercado de trabalho, muitas teorias atribuíam o desemprego involuntário à rigidez dos salários reais ou nominais como causa fundamental da inoperância do mercado para deslocar a economia ao pleno emprego. Dentre os fatores que os

economistas utilizavam para justificar essa inflexibilidade, estavam as atividades sindicais, o incentivo ao pagamento do salário-eficiência pelas firmas e a forma como funcionava as negociações salariais.

Nesse contexto, os economistas se questionavam por qual razão os trabalhadores não ofereciam trabalho por menores remunerações. De acordo com Levrero (2012), a explicação está na inelasticidade da demanda por trabalho em relação aos salários, ou seja, na falta de relação inversa entre salários e nível de emprego.

Esse novo modelo, baseado nas ideias de Keynes, tinha como pressuposto que o desemprego involuntário não era causado pela rigidez de salários, mas da falta de demanda efetiva. Além disso, ela pontua que por conta da baixa elasticidade da demanda por trabalho em relação aos salários, seria necessária uma queda drástica nos salários para que houvesse algum efeito sobre a demanda, mas isso não seria desejável, uma vez que ocasionaria a completa instabilidade da economia.

Segundo essa nova vertente, no caso de uma queda nos salários nominais com juros nominais constantes, os empregadores tentariam reduzir os preços em menor intensidade, com objetivo de aumentar seus lucros. Se obtivessem sucesso, haveria a redistribuição de renda dos trabalhadores para os empregadores. Caso contrário, a redistribuição seria diretamente dos trabalhadores para os rentistas.

Com esse cenário, há uma pressão negativa sobre a economia, uma vez que a classe trabalhadora possui maior propensão ao consumo do que os empregadores e os que auferem renda. Sendo assim, a tendência é que o nível de consumo da economia se reduzisse, o que reduziria a demanda agregada. Soma-se a isso os fatos de que uma redução de salários tem como consequência o descontentamento popular, podendo levar a instabilidade política e ao aumento da preferência pela liquidez, e que a redução de preços teria efeitos negativos sobre os empreendedores, provocando insolvência e redução dos investimentos.

Dessa forma, seguindo a argumentação, o consenso é que há a necessidade de rigidez de salários nominais para a estabilidade da economia. Por outro lado, conforme explica Levrero (2012, p.43-44), Keynes inicialmente assume que existe a necessidade de flexibilidade dos salários reais, mas abandona essa hipótese. Ele argumenta que essa ideia está atrelada ao pressuposto de retornos decrescentes de escala, algo que não é aceitável na economia real, uma vez que dada a existência de espaço na capacidade instalada, os retornos são constantes até o ponto em que seu limite é atingido, onde os retornos se tornariam igual a zero.

Sendo assim, não há a necessidade de redução no salário real para atingir maiores níveis de resultados. Assim como o salário nominal, não existe nenhuma relação inversa entre os

salários reais e o nível de emprego. Nesse modelo, o resultado esperado é que levaria a mudanças na capacidade produtiva, dado pela tendência da demanda agregada. Se existem limites na demanda agregada, a utilização da capacidade produtiva será tal que também haverá limitação do nível de emprego da economia.

Essa visão converge com a argumentação de Appelbaum (2017). De acordo com a autora, a decisão de emprego da firma vai de encontro com a demanda esperada por seus produtos, que determina o nível de utilização da capacidade produtiva da empresa. O nível de emprego da economia, assim, será determinado pelo somatório da demanda por trabalho de cada firma que, por sua vez, é dada pela expectativa de demanda por seus produtos.

Além disso, outro ponto abordado pela autora é a inconsistência da oferta de trabalho neoclássica. Ela contrapõe o pressuposto neoclássico que propõe que em caso de redução dos salários, os trabalhadores optariam por reduzir sua oferta de trabalho e demandar mais lazer. Para ela, essa dinâmica não é razoável, uma vez que é necessário que pelo menos um integrante de cada família trabalhe para garantir sua subsistência, que o trabalho é importante para o sentimento individual do trabalhador ao sentir-se produtivo e pelo fato de que o trabalho permite o desenvolvimento e aquisição de habilidades pelo trabalhador.

Nesse sentido, Levrero (2012) conclui que não é possível associar a rigidez de salários, tanto real quanto nominal, ao desemprego involuntário, assim como não existe relação inversa entre os salários e o nível de emprego. A redução do salário nominal ou real teria efeitos negativos sobre a demanda agregada, por meio da redução do consumo, o que ocasionaria ainda mais pressão negativa sobre o nível de emprego.

Essa interpretação sobre o funcionamento do mercado de trabalho afeta a interpretação da política do salário mínimo. Conforme aponta Priore (2017), o livre funcionamento do mercado de trabalho teria como consequência a instabilidade. Assim, o salário mínimo seria benéfico tanto aos trabalhadores quanto aos empregadores, uma vez que o estabelecimento de um mínimo institucional traz previsibilidade aos custos da mão de obra e estabilidade ao mercado de trabalho.

Além disso, considerando os efeitos negativos que a redução dos salários tem sobre a demanda agregada e o nível de emprego, é possível que um aumento salarial através do salário mínimo tenha efeito oposto sobre economia. Com a existência de espaço na capacidade instalada, o aumento salarial levaria à transferência de renda para a classe trabalhadora, aumentando o consumo. Desse modo, haveria incentivo à produção, o que teria efeitos positivos sobre o investimento e o nível de emprego da economia.

3 OS IMPACTOS DO SALÁRIO MÍNIMO: RESULTADOS EMPÍRICOS

As pesquisas empíricas são fundamentais para a comprovação dos pressupostos estabelecidos pelas teorias econômicas. Os pesquisadores fazem uso de dados e situações reais para verificar se as relações estabelecidas nos modelos teóricos se verificam na realidade. Nesse contexto, o objetivo dessa seção é discutir os trabalhos empíricos, tanto quantitativos, que utilizam as mais diversas técnicas estatísticas, quanto qualitativos, que contam com a interpretação de diversos autores sobre os dados econômicos observados.

Para os trabalhos empíricos, serão apresentados alguns resultados encontrados internacionalmente para a relação entre salário mínimo e nível de emprego. Já para os trabalhos qualitativos, serão mostradas algumas interpretações de autores brasileiros sobre o período de forte crescimento do salário mínimo no Brasil, dado principalmente durante o governo do Partido dos Trabalhadores a partir do início do século XXI.

3.1 Estudos Econométricos

Assim como os modelos teóricos, existem diferentes estudos empíricos que têm como objetivo observar a relação entre salário mínimo e nível de emprego. Conforme avança a ciência, surgem novas técnicas de estimação e novas tecnologias que permitem aos pesquisadores maximizar ainda mais a precisão de seus modelos e resultados.

No debate sobre o impacto do salário mínimo no nível de emprego, existe uma vasta gama de trabalhos empíricos que analisam essa relação, com abordagem em diferentes países, variáveis e períodos. Nessa seção, serão apresentados alguns desses trabalhos, realizados no Brasil, Chile, Colômbia, Austrália, Estados Unidos e Reino Unido.

3.1.1 Brasil

Foguel et al (2014) analisam o impacto do salário mínimo sobre o nível de emprego entre 2003 e 2013. O foco do trabalho é a mudança da posição do trabalhador, de empregado a

desempregado ou fora da força de trabalho, e de empregado formal a trabalhador informal. Os dados utilizados são da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), realizada pelo IBGE.²

A metodologia utilizada é a estimação por diferença-em-diferenças, que consiste em comparar grupo de tratamento, diretamente afetado pelo reajuste do salário mínimo, e grupo de controle, que não é diretamente afetado. Após o reajuste do salário mínimo, os autores confrontam os indicadores de ambos os grupos, ou seja, buscam identificar se o salário mínimo afetou desproporcionalmente os trabalhadores do grupo de controle. Assim, avaliam se ocorreu, no grupo de controle, a intensificação da transição de empregado para desempregado ou fora da força de trabalho, ou de empregado formalmente para empregado informalmente.

A comparação entre os grupos é feita em dois horizontes: curto prazo, após um mês do aumento do salário mínimo; e médio prazo, entre dez e onze meses depois do reajuste do salário mínimo. Como grupo de tratamento, os autores utilizam os trabalhadores que tinham nível de rendimento entre o antigo e o novo salário mínimo no mês anterior ao aumento do salário mínimo. Já para o grupo de controle, são utilizados os trabalhadores que ganhavam entre 1,5 e 2,5 salários mínimos no mês anterior ao aumento.

As conclusões encontradas diferem entre os casos analisados. Para a transição de empregado a desempregado, os autores concluem que o aumento do salário mínimo aumenta a probabilidade dos trabalhadores diretamente afetados por ele tornarem-se desempregados, com impacto estimado em torno de 2%. De empregado formalmente para informalidade, os autores estimam que o aumento do salário mínimo aumente, em média, cerca de 4% a probabilidade do trabalhador passar à informalidade. O maior efeito está na transição para a inatividade, com impacto estimado entre a 2% e 5% no curto prazo e 4% a 8% no médio prazo.

Em outro artigo, Sara Lemos (2009) estima o efeito do salário mínimo sobre o nível de emprego no Brasil para o período entre 1995 e 2004. O objetivo do trabalho é estudar o impacto do salário mínimo para os setores formal e informal em termos de nível de emprego e horas trabalhadas. A metodologia utilizada é os mínimos quadrados generalizados.

Nesse modelo, a autora encontra pouca evidência de que o aumento do salário mínimo ocasiona aumento do desemprego em ambos os setores, seja no curto ou longo prazos (2 anos após o aumento do SM). Reforça que o impacto não é observado em nenhuma das duas variáveis estudadas, ou seja, nem em quantidade de emprego, nem em números de horas trabalhadas.

² A Pesquisa Mensal de Emprego, realizada mensalmente pelo IBGE, tem como objeto de estudo os indivíduos com 10 anos ou mais de idade residentes nas áreas urbanas das Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. O objetivo da pesquisa é produzir indicadores mensais do mercado de trabalho das regiões metropolitanas estudadas. Foi substituída em 2016 pela PNAD Contínua (IBGE).

Dessa forma, a conclusão é que o crescimento do salário mínimo não teve impacto no emprego para o período entre 1995 e 2004 no Brasil.

Foguel, Ramos e Carneiro (2015) estudam o impacto do salário mínimo sobre o nível de emprego para o período entre 1982 e 1999. Os autores utilizam séries de tempo para estimar o impacto do salário mínimo no longo prazo tanto para trabalhadores formais, quanto para informais.

Os autores encontram que o salário mínimo possui forte impacto negativo sobre o nível de emprego dos trabalhadores formais no longo prazo, enquanto o efeito é contrário quando considerados os trabalhadores informais. Para os trabalhadores formais, o impacto estimado encontra-se na faixa de -0,1% e -2,4%, enquanto essa estimativa para os trabalhadores informais varia entre 0,04% e 0,3%. Sendo assim, a conclusão fundamental é que o crescimento do salário mínimo impacta positivamente o emprego no setor informal, enquanto fomenta o desemprego no setor formal da economia brasileira no período estudado.

3.1.2 *Chile*

O trabalho realizado por Grau Veloso et al (2018) busca analisar o impacto do reajuste anual do salário mínimo no Chile no nível de emprego e nos salários do país entre os anos de 2008 e 2012. O escopo do trabalho está limitado ao setor formal e os autores utilizam a base de dados do seguro-desemprego chileno para formar suas amostras.

A metodologia consiste em definir grupos de tratamento e controle, sendo que o grupo de tratamento são os trabalhadores que ganham um salário mínimo no mês anterior ao mês em que há o aumento do salário mínimo, enquanto o grupo de controle são os trabalhadores que têm seus salários em níveis pouco acima do novo salário mínimo no mês anterior ao mês do aumento no mínimo institucional. Após, os autores comparam as mudanças no salário e no nível de emprego que cada um desses grupos apresenta depois de um ou dois meses posteriores ao crescimento do salário mínimo.

O resultado encontrado para os anos 2008 a 2011 é que o crescimento do salário mínimo possui impactos próximos de zero sobre o nível de emprego do grupo de tratamento. Apenas em 2012 é estimado um efeito negativo maior, mas os autores argumentam que o resultado foi influenciado pelo fechamento de uma grande empresa em abril de 2012. Dessa forma, a

conclusão final é que o crescimento do salário mínimo não tem efeito sobre a probabilidade de estar empregado no futuro.

Outro trabalho relevante realizado sobre o impacto do salário mínimo sobre o desemprego no Chile é o realizado por Wedenoja (2013). A principal contribuição desse estudo é a abordagem do impacto do salário mínimo nos setores formal e informal, uma vez que a maioria dos estudos chilenos apenas tratavam sobre o nível de emprego agregado (WEDENOJA, 2013).

O autor faz uso da regressão logística como metodologia estatística. Além disso, a sua amostra contém apenas trabalhadores que declarem fazer parte da força de trabalho, separados nas categorias desempregado, empregado formalmente, empregado informalmente e empregado em outro setor.

A conclusão encontrada pelo autor é que aumentos no salário mínimo levam a um aumento da probabilidade de emprego no setor informal e diminui a probabilidade de emprego no setor formal. Ademais, o trabalho conclui que estimativas que considerem o mercado de trabalho constituído como um único setor tendem a chegar a resultados inconclusivos.

3.1.3 Colômbia

Em estudo realizado por Mora e Muro (2017), os autores fazem uso de dados em painel para analisar a persistência do trabalho informal entre os indivíduos através de um processo dinâmico. Para a pesquisa, fazem uso das informações disponíveis da Integrated General Household Survey (GEIH) do Departamento Colombiano de Estatísticas para o período de 2007 a 2015.

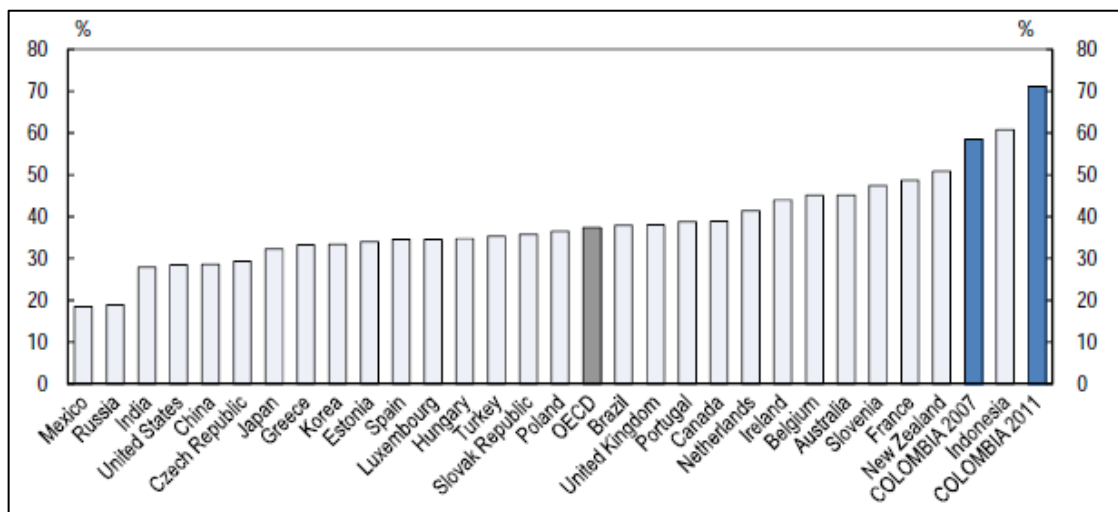
Os autores encontram uma clara persistência da informalidade no período. A propensão de um trabalhador informal passar ao setor formal se manteve abaixo de 50% durante todo o intervalo, atingindo um mínimo de 36% em 2008-2009. Apenas em 2007-2008 que houve um certo equilíbrio, quando a propensão do trabalhador informal trocar de setor atingiu 49%.

Na pesquisa, Mora e Muro (2017) estimam o impacto do salário mínimo na probabilidade de o trabalhador estar empregado no setor formal ou no setor informal. A conclusão encontrada é que o crescimento do salário mínimo acima do salário médio aumenta a probabilidade de estar informalmente empregado em 16%. Quando o crescimento é inferior ao salário médio, essa probabilidade se reduz para -4,5%.

Em outro trabalho, Joumard e Vélez (2013) discutem o papel do mercado de trabalho na desigualdade de renda e pobreza na Colômbia. São analisados diversos aspectos do mercado de trabalho, como a desigualdade de rendimento entre os setores formal e informal, o alto custo não salarial para empregar no setor formal e o papel do salário mínimo colombiano como fomentador da informalidade, dado que uma vez fixado em níveis elevados, ele gera a exclusão dos menos produtivos e experientes.

Dessa forma, com o crescimento real do salário mínimo na Colômbia de 21% entre 1998 e 2010, bem acima do crescimento da produtividade do trabalhador, o salário mínimo passa a representar 71% do salário médio colombiano em 2011 (JOURMARD e VELEZ, 2013). Quando comparado a outros países, conforme pode ser observado na Figura 9, é possível concluir que o salário mínimo colombiano é um dos maiores do mundo em proporção do salário médio, o que contribui positivamente para a informalidade (JOURMARD e VELEZ, 2013).

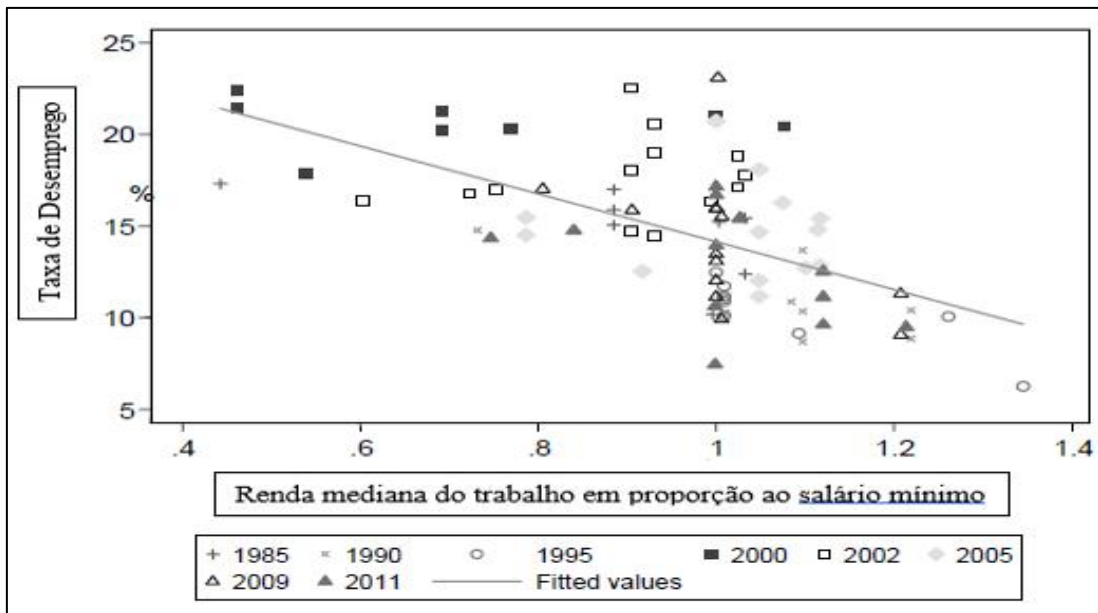
Figura 9 - Razão salário mínimo/salário médio, 2011 ou último ano disponível, Colômbia



Fonte: Base de dados Employment Outlook e Going for Growth, OCDE 2012.

Peña (2013) compartilha de visão semelhante à Joumard e Vélez (2013). A autora pontua que a existência de um salário mínimo obrigatório alto é associado com maiores taxas de desemprego. A Figura 10 exemplifica essa relação, mostrando as taxas de desemprego municipais comparadas com quão alto o salário mínimo está fixado, medido pela proporção da mediana dos salários em relação ao salário mínimo no município. Como demonstra a Figura 1, quanto maior a mediana dos salários em relação ao salário mínimo, menor a taxa de desemprego e vice-versa.

Figura 10 - Desemprego x Renda mediana do trabalho em proporção do salário mínimo



Fonte: Peña (2013).

Arango e Flórez (2021) estimam o impacto do salário mínimo sobre a informalidade na Colômbia. Atribuem ao salário mínimo elevado a alta informalidade no mercado de trabalho colombiano e a alta disparidade da taxa de informalidade entre as diferentes regiões do país.

Os autores fazem uso dos dados Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE) entre 2007 e 2016 para estudar o impacto das variações do salário mínimo no 70º percentil da distribuição de salários em relação ao nível de informalidade e desemprego. Para tal, utilizam como metodologia dados em painel e séries temporais.

Como resultado de sua estimação, os autores encontram um efeito positivo e significativo do salário mínimo em relação ao 70º percentil da distribuição de salários na taxa de informalidade. Entre as regiões, os autores encontram variados resultados, que os autores atribuem à desigualdade da produtividade do trabalhador entre as diferentes áreas.

3.1.4 Austrália

A pesquisa realizada pela Productivity Commission et al (2013) tem como objetivo analisar o impacto do salário mínimo no nível de emprego por meio de três variáveis fundamentais: a probabilidade de perda de emprego dos trabalhadores que recebem o salário mínimo, o número de horas trabalhadas entre eles e a probabilidade de novas contratações ao

nível do salário mínimo. A base de dados utilizada foi a Research and Evaluation Database (RED) e o período estudado é entre 2008 e 2013.

Os efeitos encontrados no estudo são variáveis. Na estimativa de perda de emprego, os autores encontram efeitos positivos e negativos para o nível do salário mínimo, a depender do ano. Em relação as horas trabalhadas, os autores encontram que o aumento do salário mínimo tem efeito negativo para todos os grupos analisados. Já para as novas contratações, o resultado é que o salário mínimo também afeta negativamente a entrada de trabalhadores com remuneração no mínimo.

A conclusão geral do modelo é que, em geral, o salário mínimo afeta mais os potenciais entrantes no mercado de trabalho do que aqueles que já estão empregados. Em caso de aumento do salário mínimo, a tendência é que trabalhadores que ofertem trabalho nesse nível de remuneração tenham mais dificuldade de encontrar uma ocupação do que aqueles que ganham acima. Os trabalhadores empregados ao nível do salário mínimo sofrem mais com a redução das horas trabalhadas do que com a possibilidade de desemprego.

Outro trabalho que buscar analisar o impacto do salário mínimo no mercado de trabalho australiano é o realizado por Bishop et al (2018). O autor analisa os reajustes anuais do salário mínimo no período entre 1998 e 2008 e estima seu impacto na redução de cargos de trabalho e na redução das horas trabalhadas.

O autor chama atenção para a especificidade do salário mínimo australiano. Na Austrália há o sistema de “awards” que fixa diferentes remunerações mínimas de acordo com a ocupação e o cargo exercido, diferentemente da maioria dos países em que há fixação do salário mínimo em nível nacional ou estadual. Dessa forma, a particularidade do caso australiano é que há uma alta proporção do mercado de trabalho que tem seu salário fixado de acordo com uma remuneração mínima, o que dá mais relevância a possíveis ajustes nos níveis mínimos de remuneração.

Nesse contexto, a ideia central do trabalho é comparar, através de grupos de controle e tratamento, as ocupações que tiveram maior e menor reajuste em suas remunerações através da mudança do salário mínimo. As variáveis centrais que são observadas são os salários, as horas trabalhadas e as demissões.

Em sua estimação, o autor conclui que os reajustes no salário mínimo e nas “awards wages” é relevante sobre a massa de salários. Para o período entre 2002-2008, o aumento de 1% na remuneração mínima aumenta em 0,93% a massa de salários. Por outro lado, o autor não encontra evidência de que o salário mínimo impacta as horas trabalhadas e a perda de empregos.

Conclusão semelhante para o mercado de trabalho australiano é encontrada Lee e Suardi (2010). Nessa pesquisa, os autores fazem uso de séries de tempo para estimar o impacto do salário mínimo no nível de emprego de adolescentes entre 1997 e 2007 em três estados da Austrália: Victoria, Australian Capital Territory e Northern Territory.

Os autores encontram que os sete reajustes ocorridos no salário mínimo entre 1997 e 2003 não tiveram nenhum impacto significativo sobre o nível de desemprego entre adolescentes. Argumentam que um fator que justifica esse resultado é o nível dos ajustes nas remunerações mínimas, preponderantemente moderados e previsíveis, mantendo-se em linha com o aumento do nível de preços.

3.1.5 *Estados Unidos*

O trabalho elaborado por Hirsch et al (2015) busca examinar os três aumentos sucessivos do salário mínimo nos Estados Unidos: de US\$ 5,15/h para US\$ 5,85/h em julho de 2007, para US\$ 6,55/h em julho de 2008 e para US\$ 7,25 em julho de 2009. O objetivo é examinar os canais de ajuste do salário mínimo, ou seja, os possíveis impactos que os reajustes têm sobre as diversas variáveis econômicas. Para tal, os autores fazem o uso de dados de três franquias de restaurantes fast-food localizados nos estados da Georgia e Alabama.

A metodologia utilizada na pesquisa é semelhante a abordada em Card e Krueger (1993), que buscam comparar dois mercados próximos geograficamente. A escolha pelos restaurantes fast-food se deve ao fato de que essas instituições são grandes empregadoras de mão de obra de baixa remuneração.

O resultado encontrado pelos autores é que a série de três aumentos do salário mínimo não possuem impacto significativo sobre o nível de emprego, sendo esse efeito muitas vezes próximo a 0. Entre os outros possíveis canais de ajuste, os autores observam que o mais relevante é o preço dos produtos. Outros possíveis canais são a performance dos empregados e os lucros.

Outro estudo semelhante foi produzido por Sabia et al (2012). Nele, os autores buscam analisar o aumento do salário mínimo no estado de Nova Iorque e seu impacto nas taxas de emprego dos indivíduos entre 16 e 29 anos que não possuem ensino médio completo. No período de 2004 a 2006, o estado americano apresentou três aumentos gradativos do salário mínimo, saindo de US\$ 5,15 em 2004 para US\$ 6,00 em 2005, US\$ 6,75 em 2006.

Para estimar o efeito do crescimento do salário mínimo, os elaboradores do trabalho fazem uso de grupos de controle e tratamento, onde o grupo de tratamento são os trabalhadores com pouca qualificação do estado de Nova Iorque e o grupo de controle os indivíduos com mesma característica de estados vizinhos, como Pensilvânia, Ohio e Nova Hampshire, cujo salário mínimo não foi alterado.

Em sua estimação, os autores concluem que o crescimento do salário mínimo no estado de Nova Iorque afetou o desemprego do grupo de controle. O crescimento do salário mínimo de US\$ 5,15 para US\$ 6,75 no período de 2004 a 2006 reduziu significativamente o emprego do grupo analisado, com o impacto estimado entre 20,2% a 21,8%.

3.1.6 *Reino Unido*

A implementação do salário mínimo no Reino Unido ocorreu em 1999, data considerada recente em comparação com a maioria dos países em que essa política vigora. Com ela, houve a elaboração de diversos trabalhos que buscam valorar os possíveis impactos do salário mínimo sobre o nível de emprego.

Em um estudo elaborado por Dickens et al (2015), os autores avaliam as possíveis consequências do salário mínimo em termos de emprego para os trabalhadores em geral, para aqueles considerados grupos mais vulneráveis e para os que trabalham meio período. O intervalo analisado são os anos do período de 1999 a 2009.

Os pesquisadores fazem uso de um método de diferenças-em-diferenças e, em um caso de aumento do salário mínimo, comparam trabalhadores cujo salário encontrava-se abaixo do novo salário mínimo com aqueles que tinham remunerações em intervalos de renda pouco superiores ao do novo salário mínimo. O resultado encontrado é a diferença da performance dos dois grupos após um ano do novo salário mínimo entrar em vigor, medido em termos de nível de emprego.

Após executadas as estimações, os autores observam nenhum impacto do salário mínimo sobre o nível de emprego quando considerados os trabalhadores como um todo. Entretanto, ao analisar especificamente grupos vulneráveis que estão mais suscetíveis ao salário mínimo, os pesquisadores encontram que o salário mínimo tem efeito negativo sobre a ocupação. Por exemplo, ao analisar o caso das mulheres que trabalham meio período, os autores

concluem que a probabilidade de estar empregada no ano seguinte reduz-se em cerca 3% após o aumento do salário mínimo.

Outra pesquisa realizada no Reino Unido é a elaborada por Dolton et al (2015). O objetivo é estimar o impacto da implementação do salário mínimo, assim como seus aumentos consequentes no Reino Unido no período compreendido entre 1999 e 2010. Os autores analisam apenas o efeito do salário mínimo sobre o nível de emprego agregado, sem considerar grupos específicos que tenham maior relação com esse nível de remuneração.

Em concordância com Dickens et al (2015), os autores não encontram efeito do salário mínimo sobre o nível de emprego agregado no Reino Unido para o intervalo estudado. Reforçam que o impacto não é observado nem no longo prazo, nem quando observado os efeitos sobre o nível de emprego dos reajustes realizados ano a ano.

3.1.7 *Sumário de Resultados*

Os trabalhos anteriormente abordados são fundamentais para compreender como a ciência aborda quantitativamente o efeito do salário mínimo sobre o nível de emprego. Apesar de não serem diretamente comparáveis, dado que tratam de diferentes períodos, países e metodologias, essas pesquisas fornecem algumas evidências que contribuem para a reflexão sobre o tema.

Através dos resultados apresentados, não é possível estabelecer uma relação determinística entre salário mínimo e nível de emprego. Conforme apresentado na Tabela 1, ao final da subseção, as conclusões encontradas variam entre *sem efeito* e *efeito negativo*, sendo que alguns trabalhos observam apenas impactos no sentido de intensificar a informalidade da economia ou de afetar grupos mais vulneráveis ao salário mínimo, como os trabalhadores não qualificados.

Esta interpretação dialoga diretamente com a teoria econômica sobre o tema. Assim como os modelos teóricos, que alternam desde a teoria neoclássica, que determina que o aumento do salário mínimo eleva o desemprego, à teoria keynesiana, que argumenta a inexistência de relação direta entre ambos, os trabalhos empíricos também contribuem para o debate permanecer aberto, em virtude da variação nos resultados reportados.

Entre os casos analisados, apenas o caso colombiano demonstra uma convergência clara, dado que os autores abordados apresentam conclusões semelhantes de que aumentos no salário

mínimo impactam negativamente o nível de ocupação. Conforme destaca Peña (2013), esse fato está diretamente relacionado com o alto nível em que está fixado o salário mínimo colombiano, representando 71% do salário médio em 2011.

Dessa forma, apesar de não apresentar relação direta nas demais pesquisas, o resultado encontrado na Colômbia abre a possibilidade de que características específicas de cada país afetem ativamente a dinâmica entre salário mínimo e emprego. Nesse caso, é possível que o valor relativo do salário mínimo em relação aos demais salários da economia possa exercer influência determinante nos resultados encontrados.

Tabela 1 - Resumo de Resultados

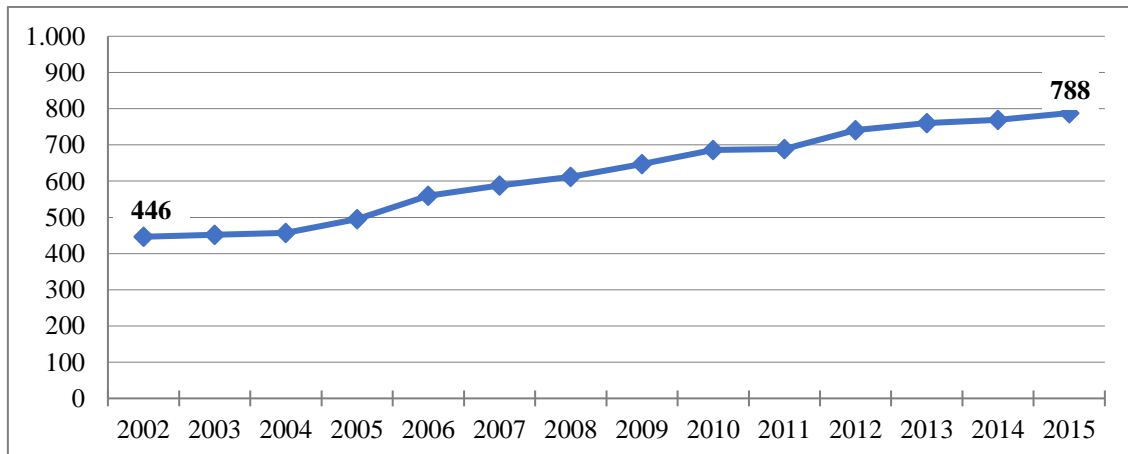
País	Autor	Metodologia	Principais Resultados
Brasil	Foguel et al (2014)	Diferença-em-diferenças	Encontram que o aumento do salário mínimo aumenta a probabilidade de desemprego, de transição para informalidade e transição para inatividade entre indivíduos diretamente afetados pelo salário mínimo
Brasil	Sara Lemos (2009)	Mínimos Quadrados Generalizados	Não encontra evidências de impactos negativos do salário mínimo no número de horas trabalhadas e número de empregos dos setores formal e informal
Brasil	Foguel, Ramos e Carneiro (2015)	Diferença-em-diferenças	Concluem que o salário mínimo tem forte impacto negativo sobre o emprego do setor formal, mas possui efeito positivo no emprego do setor informal
Chile	Grau Veloso et al (2018)	Diferença-em-diferenças	Concluem que o reajuste anual do salário mínimo chileno nesses anos não tiveram impacto sobre o nível de emprego dos trabalhadores que recebem o salário mínimo
Chile	Wedenoja (2013)	Regressão logística	Resultado encontrado é que aumentos do salário mínimo reduzem a probabilidade de emprego no setor formal e aumentam no setor informal
Colômbia	Mora e Muro (2017)	Dados em painel	Crescimento do salário mínimo acima do salário médio aumenta a probabilidade do trabalhador estar empregado no setor informal
Colômbia	Arango e Flórez (2021)	Séries de Tempo	Elevação do mínimo institucional está associado a maiores taxas de informalidade
Austrália	Productivity Commission et al (2013)	Diferença-em-diferenças	Conclusão principal é que o salário mínimo afeta mais os potenciais entrantes do mercado de trabalho do que os que já fazem parte dele
Austrália	Bishop et al (2018)	Diferença-em-diferenças	Concluem que não há impacto do salário mínimo nas horas trabalhadas e na perda de empregos no mercado de trabalho australiano
Austrália	Lee e Suardi (2010)	Séries de Tempo	Não encontram impacto do salário mínimo no nível de emprego entre adolescentes
Estados Unidos	Hirsch et al (2015)	Diferença-em-diferenças	Concluem que os três aumentos ocorridos no salário mínimo americano para o período não tiveram impacto no emprego de restaurantes de fast-food
Estados Unidos	Sabia et al (2012)	Diferença-em-diferenças	Encontram que o aumento do salário mínimo no estado de Nova Iorque nesse período afetou negativamente o emprego de indivíduos de 16 a 29 anos que não possuem ensino médio completo em comparação com indivíduos de mesma característica de estados vizinhos
Reino Unido	Dickens et al (2015)	Diferença-em-diferenças	Veem impacto negativo do salário mínimo sobre nível de emprego de grupos mais afetados pelo salário mínimo, mas não encontram impacto sobre o nível de emprego agregado
Reino Unido	Dolton et al (2015)	Diferença-em-diferenças	Resultados indicam que não houve impacto negativo do salário mínimo sobre o nível de emprego agregado para esse período

3.2 O salário mínimo no Brasil

A política do salário mínimo foi estabelecida por lei em 1934, durante o governo democrático de Getúlio Vargas, mas foi apenas em 1940 que o governo passou a atuar mais ativamente na sua implementação. Dentro de sua trajetória de mais de oitenta anos, o salário mínimo foi utilizado por diversos governos de diferentes perfis como instrumento para atingir objetivos políticos e econômicos.

Dos períodos mais recentes, é possível destacar o governo do Partido dos Trabalhadores, que durou de 2002, com a eleição de Lula, a 2016, quando houve o impeachment da presidente Dilma Rousseff. O período foi marcado pela valorização do salário mínimo real, devido principalmente à regra de reajuste vigente desde 2004, transformada em lei em 2011 (SABOIA; HALLAK NETO, 2018), que garantia ao salário mínimo o reajuste pelo índice INPC do ano anterior somado com a variação do PIB de dois anos antes, caso positivo.

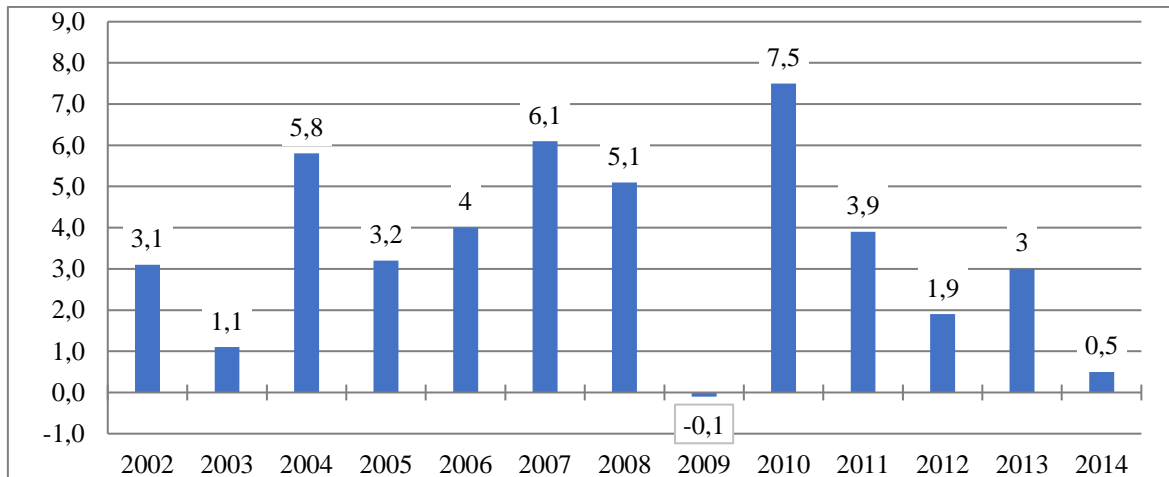
Figura 11 - Salário mínimo real mensal – Brasil – 2002-2015 (Valores em R\$ de janeiro/2015 - INPC)



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE.

Conforme pode ser observado na Figura 11, o salário mínimo real partiu de um valor de R\$ 446 por mês em abril de 2002, para R\$ 788 por mês em janeiro de 2015, representando um crescimento em percentual de aproximadamente 78,5%.

Figura 12 - Variação real do PIB – Brasil – 2002-2014 (em %)



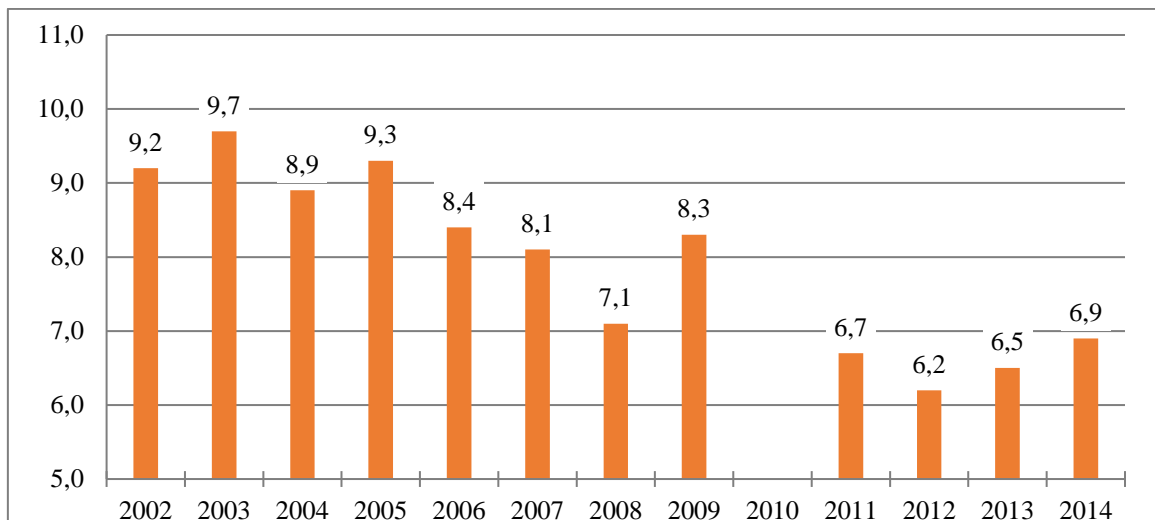
Fonte: Saboia et al (2017) com base em dados da SCN/IBGE.

Concomitantemente com o salário mínimo real, o PIB também apresentou trajetória de crescimento. Conforme apresentado na Figura 12, ao longo do período 2002-2014, o PIB brasileiro apresentou crescimento real em todos os anos, com exceção para o ano de 2009, em que houve queda de 0,1% por conta da crise de 2008, recuperado rapidamente no ano seguinte com o forte crescimento de 7,5%. Além disso, o crescimento médio real do PIB do período foi de aproximadamente 3,5%, demonstrando a forte performance da economia brasileira nesse intervalo.

O mercado de trabalho brasileiro também apresentou bom desempenho no período. Através dos dados da Figura 13, é possível perceber a trajetória descendente da taxa de desocupação³ iniciada em 2005 e finalizada no ano de 2012 ao nível de 6,2%. A único ano desse período em que a taxa de desemprego não apresentou queda foi em 2009, em virtude da crise econômica mundial que afetou a economia do país como um todo.

³ A taxa de desocupação foi medida como o percentual das pessoas desocupadas em relação ao total da população economicamente ativa.

Figura 13 - Taxa de desocupação no Brasil de 2002 a 2014 (em %)

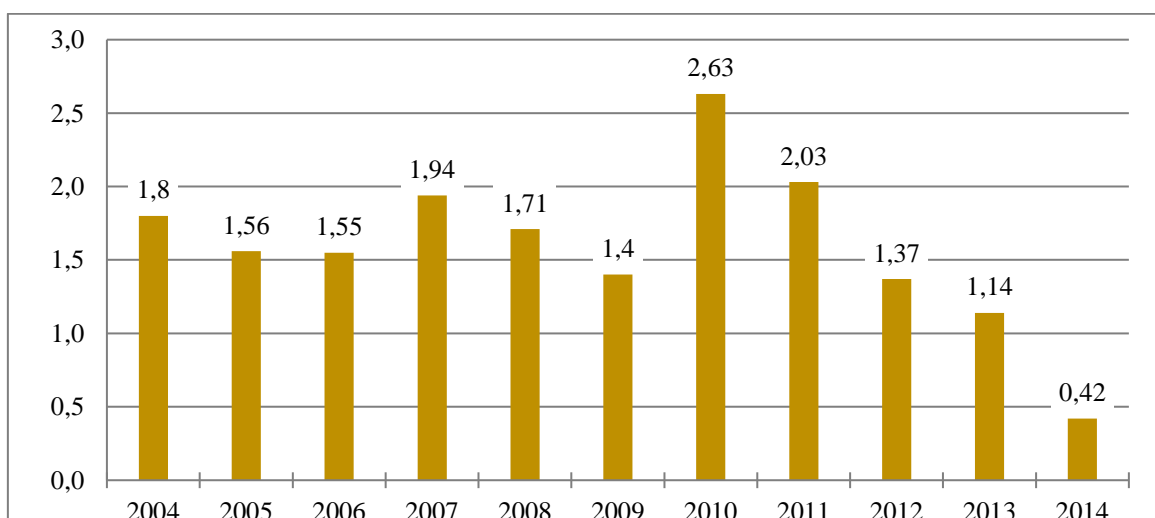


Fonte: Saboia et al (2017) com base em dados da PNAD/IBGE.

*A PNAD não foi realizada no ano de 2010 em virtude da realização do censo demográfico.

Além disso, outro aspecto relevante do período foi o crescimento do grau de formalização de economia, com a forte criação de empregos de carteira assinada. Durante todo o período de 2004 a 2014, o mercado de trabalho brasileiro criou mais vagas de trabalho formal do que encerrou. É possível observar essa dinâmica na Figura 14, com destaque para o ano de 2010, pós-crise, onde houve criação de mais de 2,5 milhões de vagas formais no mercado de trabalho do país.

Figura 14 - Saldo líquido de admissões formais por ano no Brasil – 2004/2014 (em milhões)



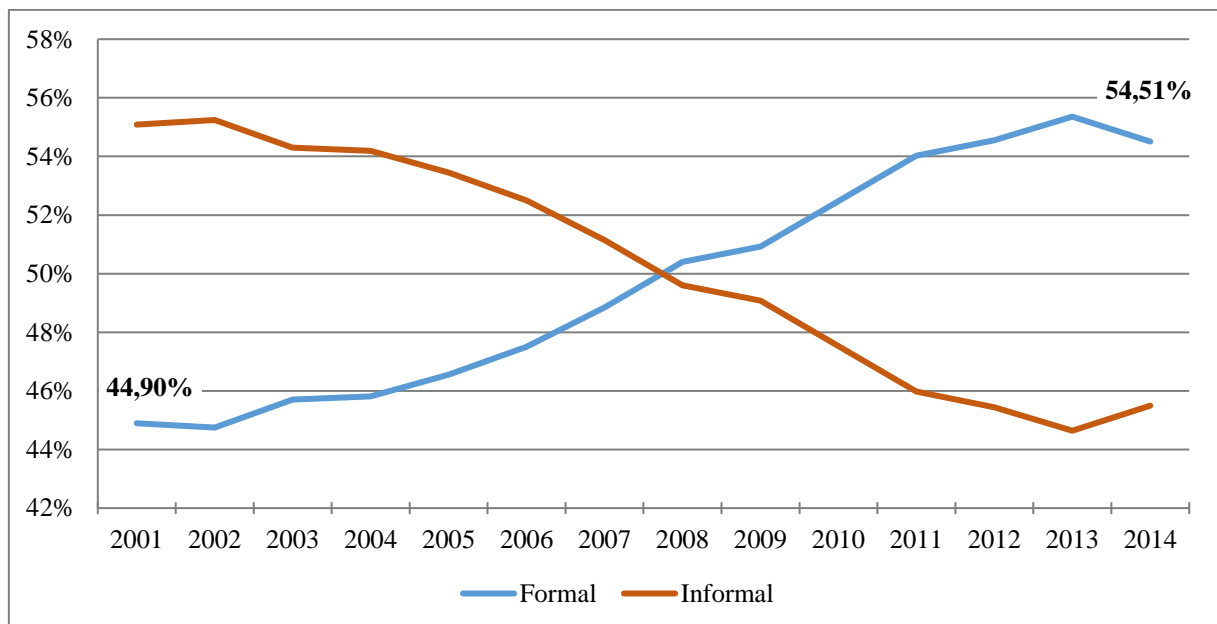
Fonte: Saboia et al (2017) com base em dados da Caged/MTE.

O alto número de admissões formais no período está associado, principalmente, ao setor de serviços e comércio. De acordo com Saboia et al (2017), esses setores foram responsáveis

por 44,2% e 27% do saldo líquido de admissões, respectivamente, o que chama atenção para o fato da criação de empregos estar centrada em atividades caracterizadas por baixa remuneração e produtividade.

Com o crescimento do emprego formal em números absolutos, um dado essencial para o período é a trajetória da participação do trabalho formal no mercado de trabalho brasileiro, caracterizado pela relevância do setor informal. De acordo com a Figura 15, é possível verificar que houve um forte crescimento da participação do trabalho formal no mercado de trabalho, partindo de uma participação de 44,9% no mercado de trabalho em 2001 para 54,51% em 2014, representando uma expansão de 21,42% nesse intervalo.⁴

Figura 15 - Participação no mercado de trabalho – Trabalho Formal x Informal – Brasil (2001-2014)

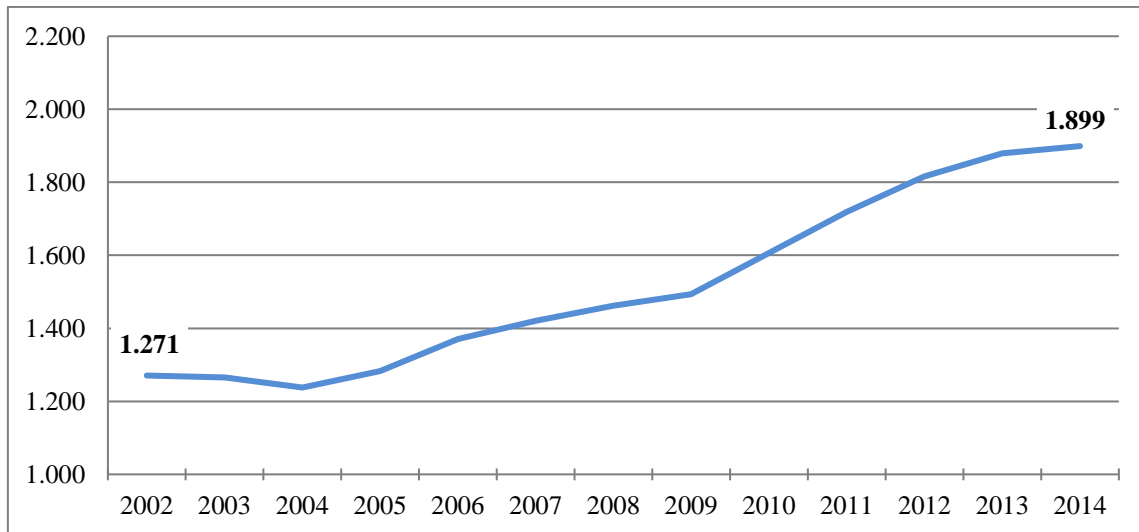


Fonte: SIDRA/IBGE.

Além disso, o mercado de trabalho não foi benéfico aos trabalhadores apenas no campo das contratações. Como a Figura 16 permite analisar, houve também um crescimento do rendimento médio real no intervalo 2002-2014, atingindo seu pico em 2014 ao valor de aproximadamente R\$ 1.900, um aumento de 50% ao longo do período.

⁴ A taxa de informalidade foi elaborada de acordo com os dados da SIDRA/IBGE. O cálculo realizado foi (Empregado – Outro + Trabalhador doméstico – sem carteira assinada + Conta própria)/(Empregado + Trabalhador doméstico + Conta própria).

Figura 16 - Rendimento médio real do trabalho principal – Brasil – (Valores em R\$ de dez/2014)



Fonte: SIDRA/IBGE.

Dessa forma, através dos dados econômicos da economia brasileira entre 2002 e 2014, é possível concluir que o período foi marcado pela boa performance do país, com desempenhos positivos no mercado de trabalho como um todo. Nesse intervalo, houve um importante ganho real do salário mínimo e dos rendimentos reais, associado com aumento da atividade econômica, crescimento do mercado de trabalho formal e queda da taxa de desemprego.

Diferentemente do apontado pela teoria neoclássica do mercado de trabalho, o crescimento do salário mínimo real e do rendimento médio real do trabalhador no Brasil não teve como efeito o crescimento do desemprego. Pelo contrário, o salário mínimo real cresceu vertiginosamente, enquanto a observou-se a queda da taxa de desemprego no país.

Além disso, em relação a teoria de dois setores, os dados do mercado de trabalho brasileiro contrapõem o principal argumento desse modelo, de que aumentos do salário mínimo levariam à queda da ocupação no setor formal e incentivo ao crescimento do setor informal. Enquanto o salário mínimo real crescia, o mercado de trabalho formal apresentou forte desempenho, aumentando consideravelmente sua participação no mercado de trabalho brasileiro.

Nesse sentido, dentre os modelos abordados no trabalho, o que parece descrever melhor o caso brasileiro é o keynesiano. O modelo coloca em destaque a demanda agregada e a sua importância na decisão das firmas, que alocam fatores de produção de acordo com a expectativa de demanda por seus produtos. No cenário brasileiro, é possível analisar essa dinâmica, uma vez que o bom nível de atividade da economia foi acompanhado por substancial melhora no mercado de trabalho brasileiro.

3.2.1 *Medeiros*

Medeiros (2015, p. 264) tem como objeto de estudo o crescimento da influência salário mínimo sobre a remuneração do trabalho informal e a taxa de salários. A proposta do estudo é analisar o período de forte desempenho da economia brasileira, principalmente entre 2003 e 2010, quando houve crescimento do salário mínimo acompanhado por aumento no emprego formal. Sob o aspecto distributivo, o efeito desse período de bonança sobre os salários dos trabalhadores formais não qualificados e dos trabalhadores assalariados informais dependerá das características do mercado de trabalho do país.

Em seu trabalho, o autor defende que o salário mínimo não possui efeitos negativos sobre o nível de emprego. Pelo contrário, essa política exerce uma influência positiva não apenas sobre os salários como também sobre a ocupação. Nesse contexto, a taxa de salário paga aos trabalhadores não qualificados não depende da interação de curvas de oferta e demanda, mas do poder de barganha e do contexto do mercado de trabalho.

Dessa forma, o autor chama atenção para a relevância do salário mínimo nessa discussão. De acordo com ele, por tratar-se de um piso para a remuneração, o salário mínimo constitui-se como um instrumento de barganha único para os trabalhadores não-qualificados. Além disso, uma vez que as camadas inferiores do mercado de trabalho são caracterizadas pelos baixos salários e alta rotatividade de funcionários, o salário mínimo exerce função fundamental na organização desse mercado, servindo como estabilizador tanto da remuneração do trabalhador como do custo do empregador.

No Brasil, Medeiros (2015, p. 265-266) explica que o mercado de trabalho é caracterizado por uma grande massa trabalhadora não-qualificada, com salários baixos, pouco poder de barganha e alta rotatividade em suas funções. Além disso, em virtude de muitos trabalhadores não possuírem os pré-requisitos para ingressar na base do mercado de trabalho, há a formação de um excedente de mão de obra que faz com que os salários pagos na base do mercado de trabalho pendam para níveis baixos.

Para analisar a importância do salário mínimo sobre as baixas remunerações no setor formal, o autor argumenta que é necessário observar, além do seu poder de compra, a relação que mantém com os demais salários. Nesse sentido, a observação do salário mínimo em relação à mediana e à média dos salários permite quantificar a importância do salário mínimo e dos seus efeitos sobre os baixos salários.

Ademais, para entender a influência do salário mínimo sobre os baixos salários no país, Medeiros (2015, p. 267) pontua que é necessário compreender seus mecanismos de transmissão para a base do mercado de trabalho informal e autônomo. Em relação ao primeiro, o salário mínimo se constitui como um salário de referência, atuando como uma espécie de “farol”. Já no segundo caso, o salário mínimo se transmite aos trabalhadores autônomos através do aumento da demanda por suas atividades, o que o autor chama de efeito “propulsão”, que são diretamente relacionadas ao nível de remuneração da base do mercado de trabalho.

Na análise do cenário brasileiro da década de 2000, o autor chama atenção para o forte crescimento econômico, principalmente na segunda metade, impulsionado pelo aumento das exportações, do salário mínimo e do crédito e da retomada dos investimentos públicos. Esse contexto permitiu a expansão da demanda interna focalizada no setor de serviços, o que contribuiu para o aumento da ocupação e da relevância desse setor no mercado de trabalho.

Esse período também foi marcado pela mudança na configuração do mercado de trabalho brasileiro. O assalariamento formal ganhou terreno em relação às demais formas de ocupação e cresceu em ritmo mais acelerado do que a população ocupada. O aumento da demanda interna fomentada pelo aumento do salário mínimo e das transferências sociais exerceu papel fundamental no crescimento do trabalho formal, assim como a difusão do crédito.

Em relação ao salário mínimo, é possível observar uma forte recuperação do seu poder de compra desde 2000. Desde 2005, houve uma política explícita de valorização do salário mínimo, que fixava os reajustes com base na inflação do ano anterior somada ao crescimento real do PIB de dois anos antes. Dessa forma, conforme destaca o autor, o salário mínimo praticamente dobrou de valor do período entre 2000 e 2011.

Apesar de seu forte desempenho, o salário mínimo brasileiro ainda estava longe do nível de consumo considerado socialmente necessário para um trabalhador e sua família. Medeiros (2015, p. 279) explica que as desvalorizações ocorridas desde 1955 e principalmente entre o período de 1980 a 1994, quando o país convivia com diversas crises inflacionárias, tiveram impacto muito significativo sobre o poder de compra dos trabalhadores, tornando aqueles que recebiam o salário mínimo em trabalhadores pobres.

Entretanto, o autor ressalta o crescimento do salário mínimo acima do salário médio e do salário mediano na década. De acordo com ele, esse movimento contribuiu para a redução da dispersão salarial enquanto a massa de salários crescia. Além disso, houve redução dos empregos com remunerações inferiores a 1 salário mínimo, enquanto as posições que pagavam em níveis próximos ao salário mínimo foram as de maior participação entre os empregos criados no período.

Outro ponto analisado pelo autor é a convergência dos salários médios e mediano entre os empregados com carteira, sem carteira e os trabalhadores autônomos. Segundo o autor, o salário mínimo exerceu papel fundamental nessa relação e permitiu o crescimento maior da remuneração dos dois últimos grupos em relação ao primeiro, em virtude dos efeitos “farol” e “propulsão” sobre o seu nível de renda.

Dessa forma, Medeiros (2015, p. 282) coloca que o crescimento do salário mínimo não foi apenas importante para os trabalhadores formais contratados nesse valor, mas também para os trabalhadores informais, autônomos, para aqueles que recebiam salários pouco acima desse valor e para a taxa de salários urbana. Com o seu crescimento, houve um adensamento na base salarial que garantiu ao salário mínimo uma relevância ainda maior na taxa de salários da economia.

Além disso, quando observado do ponto de vista relativo, o autor destaca a aproximação do salário mínimo em relação ao salário médio. Uma vez que o crescimento do salário mínimo foi maior do que o do salário médio, o salário mínimo passou a representar 36% do salário habitual médio das regiões metropolitanas em 2011, enquanto ele correspondia apenas a 26% do médio em 2002.

3.2.2 *Saboia e Hallak Neto*

Outro trabalho que aborda o salário mínimo na década de 2000 é o realizado por Saboia e Hallak Neto (2018). O objetivo principal dos autores é analisar o impacto do salário mínimo na distribuição de renda do período. Para tal, entre os anos de 2004 à 2013, em que o salário mínimo apresentou forte crescimento real, os autores estimam elasticidades dos diversos tipos de rendimento do trabalho em relação ao salário mínimo no período.

Em virtude do crescimento da economia brasileira como um todo e das alterações sofridas na configuração do mercado de trabalho brasileiros, os autores optam por não abordar o crescimento do salário mínimo às mudanças na estrutura do mercado de trabalho. Dessa forma, utilizam a distribuição ocupacional encontrada em 2004 para realizar suas simulações, mantendo ela constante durante todo o período.

Em suas estimações, os autores fazem uso da PNAD (IBGE) para calcular as elasticidades por posição na ocupação, desagregadas em seu interior por níveis de rendimento. Os autores chamam atenção para as variações encontradas nas elasticidades, tanto de acordo

com a posição, com a faixa de rendimento em que o trabalhador se encontra e de acordo com a conjuntura econômica do período analisado.

Na pesquisa, os autores consideram sete posições de ocupação fornecidas pela PNAD: empregados com e sem carteira assinada, trabalhadores domésticos com e sem carteira assinada, trabalhadores autônomos, funcionários públicos e empregadores. Para os trabalhadores do setor formal, a relação com o salário mínimo é direta, enquanto para os trabalhadores do setor informal ele se dá via efeito “farol”, ou seja, como valor de referência. Já para os empregadores, essa relação parece existir apenas para os pequenos empreendedores que têm suas remunerações nas faixas inferiores de renda, as vezes próximas ao salário mínimo.

Em relação aos empregados com carteira assinadas, os autores encontram que as elasticidades das remunerações em relação ao mínimo são próximas à unidade apenas nos dois primeiros vigésimos de renda, onde estão os salários iguais ao mínimo, e reduz-se progressivamente atingindo 0,5 nas maiores faixas de remuneração. Já para os sem carteira assinada, as elasticidades são praticamente unitárias para todas as faixas de rendimento, pelo fato dos trabalhadores informais estarem concentrados nas faixas mais inferiores de renda e pelo efeito “farol”.

Para os trabalhadores autônomos, a elasticidade assume um caráter decrescente conforme aumentam as faixas de renda. Até a décima faixa de renda a elasticidade se mantém próxima à unidade, reduzindo-se para 0,7 na maior faixa de rendimento. Os funcionários públicos e militares apresentam elasticidades iguais à unidade apenas nos menores níveis salariais, enquanto os empregadores apresentam elasticidades superiores a 1 nos três menores níveis de renda e reduzem-se vertiginosamente em seguida.

Os autores englobam em sua estimacão os rendimentos do trabalho, os rendimentos de pensões e aposentadorias e aqueles que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC)⁵. Para os rendimentos do trabalho, os autores utilizam as elasticidades estimadas e buscam analisar qual seria o impacto de várias taxas de crescimento real do salário mínimo sobre a renda familiar per capita. É considerada a distribuição original dos trabalhadores, sem contabilização de entradas e saídas de trabalhadores.

Os autores demonstram os resultados de suas simulações por meio do impacto no Índice de Gini, importante medidor de desigualdade de renda nos países. A conclusão é que à medida que o salário mínimo cresce, o Índice de Gini tende a cair. Em 2004, o Índice de Gini era 0,578 e, com o crescimento real de 67,4% do salário mínimo ocorrido no período 2004 a 2013, os

³ O Benefício de Prestação Continuada é uma política assistencialista do governo brasileiro que garante 1 salário mínimo à pessoa com deficiência que não possui meios de prover a própria manutenção.

autores estimam que o índice reduziria a 0,555. Na realidade, o índice encontrado em 2014 foi 0,530, de forma que os autores concluem que o salário mínimo isoladamente foi responsável por 48% dessa queda.

Além disso, os autores concluem que tanto o salário mínimo como as transferências sociais são relevantes na redução da desigualdade. Os autores estimam que as transferências sozinhas seriam responsáveis por reduzir o Índice de Gini a 0,567, enquanto os rendimentos do trabalho o reduziriam a 0,566. Dessa forma, as transferências de renda e a renda do trabalho são responsáveis, cada um, por metade da redução do índice nesse período.

Outro ponto observado no trabalho de Saboia e Hallak Neto (2018, p. 18-24) é o impacto do salário mínimo sobre a massa de remunerações que, sob a ótica do PIB pelo valor adicionado, consiste na renda do trabalho. Através de sua estimação, os autores concluem que o aumento do salário mínimo influencia positivamente a massa de remunerações. Dessa forma, com o crescimento do salário mínimo acima do PIB, foi observado um aumento da participação da massa de remunerações, aumentando seu peso na distribuição funcional da renda.

No período entre 2004 e 2013, a massa de rendimentos aumentou seu peso na distribuição funcional da renda em 5,1 pontos percentuais. Os autores explicam esse movimento através de dois fatores: do crescimento de 21,9% na população ocupada no período e da elevação do rendimento médio real dos ocupados em 49%. Atribuindo-se pesos proporcionais a esses percentuais, a conclusão é que o primeiro fator é responsável por 30,9%, enquanto o segundo por 69,1%.

Através da divisão da variação percentual da massa de remunerações pela variação percentual do salário mínimo, os autores estimam a elasticidade SM-RM em 0,908. Multiplicando-se essa elasticidade pelo peso atribuído ao crescimento do rendimento médio real dos ocupados, tem-se que o efeito do salário mínimo sobre essa variável totalizou 62,8% no período. Sendo assim, os autores afirmam que do crescimento de 5,1% da massa de rendimentos, o salário mínimo foi responsável por 3,5%.

Dessa forma, a conclusão fundamental do trabalho realizado por Saboia e Hallak Neto (2018) é que o salário mínimo contribuiu ativamente para a redução da desigualdade de renda entre os brasileiros, que pode ser observada pela diminuição do índice de Gini ao longo do período. Além disso, ele foi peça chave que possibilitou o crescimento da massa de remunerações na distribuição funcional de renda.

3.2.3 *De Melo et al*

Assim como os anteriores, De Melo et al (2012) elaboram um estudo sobre o salário mínimo brasileiro e sua recente trajetória, principalmente a partir do ano 2000. Os autores chamam atenção para a forte recuperação do poder de compra do salário mínimo e ressaltam a polivalência do salário mínimo enquanto política pública, com suas funções se estendendo para além da proteção dos trabalhadores mais vulneráveis.

Na história econômica brasileira, o mínimo institucional foi utilizado de diferentes formas por vários governos, a fim de atingir objetivos políticos e econômicos distintos. Dos anos 2000 até o início da segunda década, os autores ressaltam a mobilização dos sindicatos em torno da recuperação do poder de compra do salário mínimo, que deu início da uma política explícita de valorização do salário mínimo.

Esse movimento é facilmente observado durante o período do governo do Partido dos Trabalhadores, quando a valorização do salário mínimo deixou de ser implementada via negociação e passou a obedecer uma regra fixa de reajuste⁶. Assim, ficou acordado que, para o período entre 2008 e 2015, o salário mínimo seria acrescido pela variação da inflação do ano anterior e pela variação real do PIB de dois anos antes.

Os autores explicam que o propósito da política de aumento real do salário mínimo anualmente é combater a pobreza, a desigualdade e também fomentar o crescimento da economia através do aumento da renda. Além disso, destacam que a adoção de uma regra fixa para o reajuste do salário mínimo contribui para o planejamento dos empregadores, que conseguem prever o aumento do salário mínimo e conseguem assim ajustar suas plantas de produção, realizando investimentos para adequar sua oferta ao crescimento do poder de compra.

Segundo os autores, o aumento do mínimo institucional, além de combater a pobreza e desigualdade, estimulou o consumo, em virtude do crescimento da renda, fator que auxiliou na superação da crise de 2008 pelo país. Soma-se a isso a expansão das políticas assistencialistas, o crescimento do crédito para o consumo e a elevação do emprego formal, concomitante com a redução do desemprego.

No contexto brasileiro, De Melo et al (2012, p 32-33) chamam atenção para a característica do salário mínimo de exercer papel não apenas no mercado de trabalho, mas também nas políticas públicas implementadas no país. A visão de que o salário mínimo é a

⁶ A regra de reajuste era atualização do salário mínimo pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) somada à variação real do PIB de dois anos antes.

remuneração que garante a cobertura das necessidades vitais do indivíduo e de sua família o consolida como piso das políticas públicas do país, como pensão e seguro-desemprego.

No trabalho, são apresentados os recebedores do salário mínimo em setembro de 2009, onde é possível perceber a extensão do salário mínimo para além do mercado de trabalho. De acordo com as informações apresentadas, dos 28 milhões de brasileiros que recebiam o salário mínimo em 2009, 17,9 milhões recebiam através de pensões ou integravam os programas BPC e LOAS⁷, 530 mil recebiam através do seguro-desemprego, com o restante sendo composto por trabalhadores remunerados ao nível do mínimo.

Na trajetória recente do salário mínimo, os autores chamam atenção para o forte crescimento real ocorrido no período de 1994 a 2012. O salário mínimo em 1994 era R\$ 94,00, enquanto em 2012 esse valor saltou para R\$ 622,60, apresentando um crescimento de 789,4% no período. Ressaltam também o fato do salário mínimo ter crescido acima de diversos índices de preço, como o INPC que aumentou 270,7% no período, ou do ICV que cresceu 275,1% no mesmo intervalo, o que representa o forte ganho real presente nos reajustes do salário mínimo.

Além disso, quando observado em termos de desigualdade de renda, os autores observam que, conforme o salário mínimo aumenta de 1999 à 2009, o índice de Gini apresenta trajetória inversa. Dessa forma, concluem que o aumento real do salário mínimo ocorreu concomitantemente com a redução da desigualdade de renda no país, tanto em termos de distribuição da renda do trabalho quanto em renda per capita familiar.

Quando observado em comparação a outros países, os autores ressaltam que a redução da desigualdade de renda no Brasil ocorreu em ritmo rápido. Nesse contexto, os autores colocam o salário mínimo em papel central, dado que o mínimo institucional afeta tanto o mercado de trabalho como as demais políticas públicas, como aposentadoria e seguro-desemprego. Dessa forma, o aumento do salário mínimo foi fundamental para a redução tanto da desigualdade de renda, quanto da concentração de renda.

De Melo et al (2012, p. 37-41) frisam as diferentes funções exercidas pelo salário mínimo na economia brasileira. No contexto nacional, o salário mínimo atinge diferentes indivíduos e atua em diversas frentes, servindo tanto como piso de remuneração no mercado de trabalho, como referência para políticas de transferências sociais e mínimo de remuneração do seguro-desemprego e das pensões.

Uma das principais atribuições do salário mínimo é atuar na proteção dos trabalhadores que possuem pouco poder de barganha no mercado de trabalho. No processo de negociação

⁷ A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) é a estrutura do governo brasileiro que define os direitos sociais, que incluem, em caso dos mais pobres, programas de assistência de renda.

salarial, os trabalhadores mais vulneráveis normalmente compõem o lado perdedor, de forma que o estabelecimento de um mínimo institucional é fundamental para impedir que as remunerações pagas a estes trabalhadores atinjam níveis insuficientes para garantir a subsistência do trabalhador.

Nesse mesmo sentido, os autores destacam que o mínimo institucional é absolutamente relevante no combate à pobreza, uma vez que protegem as condições de vida dos trabalhadores mais vulneráveis. Além disso, ao proteger os trabalhadores das camadas inferiores do mercado de trabalho, o salário mínimo contribui para o combate à desigualdade de renda de acordo com as características pessoais do indivíduo, como as mulheres e os negros, que possuem maior representatividade na base do mercado de trabalho.

Outro ponto que os autores ressaltam a utilização do salário mínimo como nível de remuneração inicial em muitas categorias. Nesse sentido, o salário mínimo possui efeito principalmente entre os jovens, que respondem pela maior parte dos entrantes do mercado de trabalho.

De Melo et al (2012, p 38-39) pontuam que o salário mínimo também possui efeito sobre os menores salários e a renda como um todo. Seriam três efeitos característicos: sobre os menores níveis de rendimento, que acompanham a evolução do salário mínimo; sobre o reajuste salarial dos trabalhadores que recebiam entre o velho e o novo salário mínimo; e sobre os salários como um todo, uma vez que o salário mínimo pode ser usado como referência para remunerações superiores a ele.

Além disso, o salário mínimo tem um poder organizador, uma vez que estabelece o mesmo nível de remuneração para funções similares na base do mercado de trabalho. Atua também na redução da rotação dos funcionários da base do mercado de trabalho, já que em virtude de serem funcionários com baixo custo de contratação e treinamento, há um incentivo para os empregadores trocarem funcionários com salários maiores por novos ao nível do mínimo. Nesse contexto, o crescimento do salário mínimo reduz esse movimento, dado que aproxima a remuneração dos já contratados com os possíveis entrantes.

Destacam também que o mínimo institucional tem capacidade de promover a igualdade regional, dado que o seu crescimento possibilita o aumento da renda em regiões em que há maior incidência do salário mínimo. Outro ponto destacado é o papel do salário mínimo como piso da seguridade social, cumprindo seu papel de garantir subsistência necessária aos seus recebedores.

Por último, os autores realçam o papel macroeconômico do salário mínimo. Principalmente em 2008, quando houve uma grave crise internacional, o mínimo institucional,

em conjunto com outros fatores, cumpriu papel fundamental, dado que seu crescimento permitiu o aquecimento da economia através da intensificação do consumo. Dessa forma, em um contexto de crise internacional, o mercado doméstico foi vital para impedir a deterioração do cenário doméstico e garantir sua posterior recuperação.

3.3 Observações Finais

O impacto da política do salário mínimo sobre o nível de emprego é um assunto debatido ativamente entre os economistas. São muitos os trabalhos econométricos que buscam valorar esse efeito nos mais diferentes países, através do uso de técnicas econométricas variadas. Apesar de todo o esforço, os trabalhos econométricos não convergem para um resultado definitivo, o que possibilita a continuidade do debate e a discordância entre os economistas.

Entretanto, a análise do mercado de trabalho colombiano apresentou uma peculiaridade importante do país que afetou os resultados estatísticos encontrados. Conforme destacado, o salário mínimo colombiano está fixado, em termos do salário médio, em níveis muito elevados, o que potencializa o efeito do seu crescimento sobre o nível de emprego. Na literatura colombiana, é consenso que este fator é um dos pontos fundamentais que fomentam o desemprego e o grau de informalização da economia colombiana.

Sob a luz das teorias econômicas, o cenário colombiano parece dialogar diretamente com a teoria dos dois setores. Conforme destacado nessa vertente, o aumento do salário mínimo leva à redução do emprego do setor formal enquanto eleva o emprego no setor informal. Esse ponto é observado no mercado de trabalho colombiano, dado que o fato do salário mínimo representar 70% do salário médio em 2011 constitui um dos fatores fundamentais da informalização da economia apontados pelos trabalhos colombianos.

No caso brasileiro, principalmente pelos trabalhos qualitativos, há um consenso que o crescimento do salário mínimo foi fundamental na recuperação econômica do país no pós-crise de 2008. Através do aumento da renda, houve estímulo ao consumo, o que ajudou a aquecer o mercado interno. Além disso, foi possível observar, a partir da década de 2000, a intensificação da formalização do mercado de trabalho e a redução da taxa de desemprego, o que também permitiu o aumento do poder de compra da população.

Sob o aspecto da teoria dos dois setores, em que aumentos no salário mínimo tendem a aumentar o desemprego no setor formal da economia e aumentar o emprego no setor informal, a interpretação dos autores brasileiros sobre o período observa exatamente o oposto. O emprego

formal ganhou participação no mercado de trabalho brasileiro em conjunto com o aumento da remuneração, enquanto o setor informal perdeu espaço relativo apesar das remunerações pagas neste setor também terem aumentado em virtude do aumento do salário mínimo.

Nesse sentido, a teoria econômica que explica os dados econômicos observados, principalmente durante o governo do Partido dos Trabalhadores, é o modelo keynesiano. O aumento do salário mínimo, acompanhado do crescimento da renda média do brasileiro, da elevação da participação do setor formal no mercado de trabalho e da queda do desemprego, permitem concluir a inexistência de uma relação inversa entre salário mínimo e nível de emprego para o período.

Ademais, cabe destacar a relevância do salário mínimo no Brasil, que abrange não apenas o mercado de trabalho, mas também as políticas públicas do país. A utilização do salário mínimo como piso para as pensões, além de sua adoção como referência de remuneração de políticas assistencialistas, contribui para o combate à desigualdade de renda e da pobreza, garantindo melhores condições de vida aos brasileiros.

CONCLUSÃO

O debate acerca dos impactos do salário mínimo no mercado de trabalho é constante entre os economistas. Existem diversas teorias que buscam identificar essa relação, desde a teoria neoclássica, que determina que o salário mínimo gera ineficiências no mercado de trabalho, a visão keynesiana, que acredita que não existe relação entre essas duas variáveis. Nesse sentido, ainda não há convergência na discussão econômica, sendo essa dinâmica objeto de estudo de muitos teóricos e pesquisadores.

No campo das pesquisas econométricas, que buscam identificar o impacto do salário mínimo no mercado de trabalho utilizando dados reais, os resultados não são diferentes. Os estudos analisados nesse trabalho encontram impacto negativos e neutros do salário mínimo no mercado de trabalho, de forma que não é possível concluir definitivamente se o impacto existe e qual seria a sua direção.

Entretanto, a análise do caso colombiano permite concluir que existem características específicas do mercado de trabalho que podem impactar nessa relação. Conforme pontuaram os autores, caso o salário mínimo seja fixado em níveis considerados excessivamente elevados, o impacto do salário mínimo no nível de emprego tende a ser maior. Essa dinâmica é observada no caso colombiano, em que as pesquisas convergem para a conclusão de que aumentos do salário mínimo no país afetam negativamente o nível de emprego.

O cenário brasileiro a partir do início do século XX também é outro caso interessante de estudo. Devido ao forte aumento do salário mínimo no período, superior aos índices de inflação do país, era de se esperar que, caso houvesse impacto sobre o nível de ocupação, seria possível observá-lo nesse período.

Entretanto, os estudos brasileiros não apontam nessa direção. Além de não identificarem impactos negativos no mercado de trabalho, dado que o período foi marcado também pela queda do nível de desemprego e aumento do emprego formal, os autores identificam impactos positivos do aumento real do salário mínimo, contribuindo para a redução da desigualdade de renda, combate à pobreza e para o nível de atividade do país, através do aumento do consumo.

REFERÊNCIAS

- APPELBAUM, Eileen. **The labor market in post-keynesian theory**. Unemployment and Inflation. Routledge, 2017, p. 33-45.
- ARANGO, Luis E.; FLÓREZ, Luz A. Regional Labour Informality in Colombia and a Proposal for a Differential Minimum Wage. **The Journal of Development Studies**, v. 57, n. 6, p. 1016-1037, 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00220388.2020.1841170>. Acesso em 27 jul. 2021.
- BACHMANN, Ronald; FRINGS, Hanna. **Monopsonistic competition, low-wage labour markets, and minimum wages—An empirical analysis**. Applied Economics, v. 49, n. 51, p. 5268-5286, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00036846.2017.1302069>. Acesso em 27 jul. 2021.
- BISHOP, James et al. **The effect of minimum wage increases on wages, hours worked and job loss**. Bulletin of Reserve Bank of Australia, 2018.
- BRASIL. **Benefício assistencial à pessoa com deficiência (BPC)**. Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inss/pt-br/saiba-mais/beneficios-assistenciais/beneficio-assistencial-a-pessoa-com-deficiencia-bpc>. Acesso em: 26 jul. 2021.
- BROWN, Charles; GILROY, Curtis; KOHEN, Andrew. **The effect of the minimum wage on employment and unemployment: a survey**. National Bureau of Economic Research, 1982.
- CARD, David; KRUEGER, Alan B. **Minimum wages and employment: A case study of the fast food industry in New Jersey and Pennsylvania**. National Bureau of Economic Research, Cambridge, Working Paper n. 4509, 1993. Disponível em: https://www.nber.org/system/files/working_papers/w4509/w4509.pdf. Acesso em 27 jul. 2021.
- CARLIN, Wendy; SOSKICE, David. **Macroeconomics and the wage bargain**. Oxford: Oxford University Press, 1990.
- DE MELO, Frederico Luiz Barbosa et al. Rescuing the minimum wage as a tool for development in Brazil. **International Journal of Labour Research**, v. 4, n. 1, p. 27, 2012. Disponível em: http://www.oit.org/wcmsp5/groups/public/---ed_dialogue/---actrav/documents/publication/wcms_183568.pdf#page=27. Acesso em 27 jul. 2021.
- DICKENS, Richard; RILEY, Rebecca; WILKINSON, David. A Re-examination of the Impact of the UK National Minimum Wage on Employment. **Economica**, Brighton, v. 82, n. 328, p. 841-864, 2015. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/ecca.12158>. Acesso em 27 jul. 2021.
- DOLTON, Peter; BONDIBENE, Chiara Rosazza; STOPS, Michael. Identifying the employment effect of invoking and changing the minimum wage: A spatial analysis of the

UK. **Labour Economics**, v. 37, p. 54-76, 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0927537115001062>. Acesso em 27 jul. 2021.

FOGUEL, Miguel Natan; RAMOS, Lauro; CARNEIRO, Francisco. **The impact of the minimum wage on the labor market, poverty and fiscal budget in Brazil**. Brasília: Ipea, 2015.

FOGUEL, Miguel Nathan; ULYSSEA, Gabriel; CORSEUIL, Carlos Henrique Leite. Salário mínimo e mercado de trabalho no Brasil. In: MONASTERIO, Leonardo Monteiro et al (Org.). **Brasil em desenvolvimento 2014: estado, planejamento e políticas**. Brasília: Ipea, 2014.

GHELLAB, Youcef. **Minimum wages and youth unemployment**. International Labour Organization, 1998.

GRAU VELOSO, Nicolás; MIRANDA, Jorge; PUENTES ENCINA, Esteban. **The effects of the minimum wage on employment and wages**. Santiago: Universidad de Chile, 2018.

HIRSCH, Barry T.; KAUFMAN, Bruce E.; ZELENSKA, Tetyana. Minimum wage channels of adjustment. **Industrial Relations: A Journal of Economy and Society**, Malden, v. 54, n. 2, p. 199-239, abr. 2015. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/irel.12091>. Acesso em 27 jul. 2021.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). **What is a minimum wage**. Disponível em: https://www.ilo.org/global/topics/wages/minimum-wages/definition/WCMS_439071/lang--en/index.htm. Acesso em: 08 mar. 2021.

JOUMARD, Isabelle; VÉLEZ, Juliana Londoño. **Income inequality and poverty in Colombia - Part 1**. The role of the labour market. Paris: OCDE Publishing, 2013.

LEE, Wang-Sheng; SUARDI, Sandy. Minimum Wages and Employment: Reconsidering the Use of a Time-Series Approach as an Evaluation Tool. **Institute of Labor Economics Discussion Papers**, Bonn, n. 4748, 2010. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/36277/1/620655224.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2021.

LE MOS, Sara. Minimum wage effects in a developing country. **Labour Economics**, v. 16, n. 2, p. 224-237, 2009. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0927537108000547>. Acesso em: 08 mar. 2021.

LEVRERO, Enrico S. **Four Lectures on Wages and the Labour Market**. 1. ed., Roma: Aracne Editrice, 2012.

MANKIW, Gregory. **Macroeconomia**. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

MANNING, Alan. **Monopsony in motion: Imperfect competition in labor markets**. Princeton University Press, 2013.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. A influência do salário mínimo sobre a taxa de salários no Brasil na última década. **Economia e Sociedade**, v. 24, n. 2, p. 263-292, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/DLLqHvqcsdGHsRSfgvryMD/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 27 jul. 2021.

MORA, Jhon James; MURO, Juan. Dynamic effects of the minimum wage on informality in Colombia. **Labour: Review of Labour Economics and Industrial Relations**, v. 31, n. 1, p. 59-72, 2017. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/labr.12087>. Acesso em 27 jul. 2021.

PEÑA, Ximena. **The formal and informal sectors in Colombia**. Geneva: International Labour Office (ILO), 2013.

PIORE, Michael J. **Unemployment and inflation: institutionalist and structuralist views**. Routledge, 2017.

PRODUCTIVITY COMMISSION et al. **Exploring the Effects of Minimum Wage Increases on Employment Using a Large Administrative Dataset**. Workplace Relations Framework - Technical Supplement, Canberra, 2015.

RILEY, Rebecca; BONDIBENE, Chiara Rosazza. Raising the standard: Minimum wages and firm productivity. **Labour Economics**, v. 44, p. 27-50, 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0927537116303487>. Acesso em 27 jul. 2021.

SABIA, Joseph J.; BURKHAUSER, Richard V.; HANSEN, Benjamin. Are the effects of minimum wage increases always small? New evidence from a case study of New York state. **Iir Review**, v. 65, n. 2, p. 350-376, 2012. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/001979391206500207>. Acesso em 27 jul. 2021.

SABOIA, João et al. Mercado de Trabalho e Distribuição de Renda no Crescimento e na Crise—Análise do Período 2001/2016. **IE-UFRJ DISCUSSION PAPER**, p. 02-51, 2017. Disponível em: <https://basepub.dauphine.psl.eu/bitstream/handle/123456789/18350/tdie0162017ufrjsaboia-et-al.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 27 jul. 2021.

SABOIA, João; HALLAK NETO, João. Salário mínimo e distribuição de renda no Brasil a partir dos anos 2000. **Economia e Sociedade**, v. 27, n. 1, p. 265-285, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/HscfdQqCQ6t4vjXCkF69tnc/abstract/?lang=pt>. Acesso em 27 jul. 2021.

SNOWDON, Brian; VANE, Howard R. **Modern macroeconomics: its origins, development and current state**. Edward Elgar Publishing, 2005.

WEDENOJA, Leigh. **The employment and wage effects of minimum wages in a context of informality and non-compliance: Evidence from Chile**. Nova Iorque: Cornell University, 2013.

WELCH, Finis. Minimum wage legislation in the United States. **Economic Inquiry**, v. 12, n. 3, p. 285-318, 1974. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1465-7295.1974.tb00401.x>. Acesso em 27 jul. 2021.